

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

FGV
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

PC-PR

AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado do Paraná.
- ▶ Tecnologia e Sistemas de Informação e de Comunicação, Segurança Cibernética e Crimes Digitais
- ▶ Ciências Forenses
- ▶ Contabilidade Geral

- ▶ Estatística
- ▶ Legislação Estadual e Institucional
- ▶ Direito Penal
- ▶ Legislação Penal Extravagante
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Legislação Processual Penal Extravagante
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Direitos Humanos





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PC-PR

POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas

CÓD: OP-142JL-26
7908403599424

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico-Matemático	13
3. Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado do Paraná.	19
4. Tecnologia e Sistemas de Informação e de Comunicação, Segurança Cibernética e Crimes Digitais.....	29
5. Ciências Forenses.....	35
6. Contabilidade Geral	41
7. Estatística	49
8. Legislação Estadual e Institucional.....	55
9. Direito Penal	63
10. Legislação Penal Extravagante	73
11. Direito Processual Penal	83
12. Legislação Processual Penal Extravagante	95
13. Direito Constitucional	105
14. Direito Administrativo.....	115
15. Direitos Humanos	125

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FGV - 2025)

Atenção: o texto a seguir deve ser usado para responder às próximas nove questões.

Nasce uma crônica

A moça era bonita, se chamava Fabíola e me perguntou como nascia uma crônica. Entre outras coisas. Ela era repórter do jornal da universidade de Ouro Preto e estava me entrevistando, uma tarefa que eu não desejo a ninguém, enquanto uma câmera de TV gravava tudo. Dei a resposta de sempre. Qualquer coisa pode originar uma crônica. Às vezes, há um assunto em evidência que você é obrigado a comentar. Às vezes, é uma coisa, assim, impressionista; às vezes, é pura invenção, uma frase que sugere uma história, ou um cheiro no ar, ou um incidente banal... Os mistérios, enfim, da criação. Etcetera, etcetera. Não há vezes em que as ideias simplesmente não vêm? Há, há. Acontece muito. Com os anos, as ideias parecem que vão ficando cada vez mais longe, enquanto o seu poder de convoca-las diminui. Você chama e elas não se aproximam. Você grita por socorro e elas continuam longe, lixando as unhas. Você espreme o cérebro e não pinga nada. E hoje nenhum cronista que se respeite pode recorrer ao velho truque de, não tendo assunto, escrever sobre a falta de assunto. Ou desperdiçar papel caro e o tempo do leitor com um parágrafo inteiro só de introdução.

VERISSIMO, Luis Fernando. "Nasce uma crônica". São Paulo. O Estado de São Paulo, caderno 2, p. 49, 01/05/2003.

Assinale a opção que apresenta a justificativa correta para a ausência de acento gráfico na palavra "ideias".

- (A) Paroxítona com ditongo aberto.
- (B) Proparoxítona com ditongo aberto.
- (C) Paroxítona terminada em hiato.
- (D) Proparoxítona terminada em ditongo aberto.
- (E) Paroxítona terminada em ditongo aberto, em sua forma singular.

2. (FGV - 2023)

"As pessoas de classe deixam à plebe tanto a preocupação de pensar, quanto o temor de pensar erroneamente." Na frase acima, o termo sublinhado traz implícito um adjetivo (*alta classe*).

Assinale a opção em que a expressão sublinhada **não** mostra a mesma situação.

- (A) Meu pai sempre aconselhava que procurássemos uma menina de família para casar.
- (B) Sempre devemos respeitar as pessoas de idade.
- (C) As pessoas do interior são mais francas.
- (D) A empregada trouxe do mercado um pacote de manteiga de qualidade.
- (E) Os dois times mostraram um futebol de categoria.

3. (FGV - 2026)

Nas frases abaixo os sinais de pontuação foram substituídos por conectores.

Assinale a frase em que isso foi feito de forma adequada.

- (A) À pobreza faltam muitas coisas, à avareza falta tudo. / conquanto.
- (B) Os avarentos não creem numa vida por vir, para eles o presente é tudo. / portanto.
- (C) "Quem me dera asas como de pomba! Voaria e acharia pouso. / pois.
- (D) "O artista é mentiroso, a arte é verdade." (Mauriac) / logo
- (E) Nenhum artista deve ser julgado pelo que diz e pensa: o que conta são sua arte e suas obras. / embora.

4. (FGV - 2025)

Em todas as frases abaixo está presente a conjunção E. Assinale a opção que indica a frase em que esse significado está indicado **erradamente**.

- (A) Em muitos terrenos de cidades pequenas há simultaneamente plantas frutíferas e plantas ornamentais / adição.
- (B) A civilização nasce com a ordem, cresce com a liberdade e morre no caos / consequência.
- (C) Ambiente limpo não é o que mais se limpa e sim, o que menos se suja / oposição.
- (D) Há gente que fala e fala, mas nada diz / intensificação.
- (E) Os policiais chegam a suas casas e tiram o uniforme / sequência temporal.

5. (FGV - 2022)

Texto 1

Índio

Uma das consequências das Cruzadas (séculos **XI** a **XIII**) foi a descoberta das riquezas do Oriente: tecidos, pedras e metais preciosos, especiarias.

Tudo isso passou a ter um valor extraordinário para os europeus do século **XV** (a canela chegou a valer mais do que o ouro!). E assim as grandes navegações para a Ásia se tornaram financeiramente atrativas.

O genovês Cristóvão Colombo, o que botou o ovo em pé (como se fosse uma grande coisa: as galinhas já faziam isso muito antes dele), consegue, na Espanha, em 1492, o patrocínio dos reis Fernando II e Isabel I para uma viagem à Índia.

Para chegar lá, os portugueses desciam até o final da África e dobravam à esquerda. Colombo, que sempre adorou viver na contramão da História, sai da Espanha, no dia 3 de agosto, e dobra à direita, convencido de que a Terra era redonda.

Acertou na forma, mas errou no cálculo do diâmetro. Colombo chega às Bahamas, em 12 de outubro, e acha que alcançou a Índia. Por isso, ao ver uns selvagens locais,

AMOSTRA

Colombo os chama de índios. Pronto, o nome ficou e o erro se consagrou: a partir daí, todo selvagem, nu ou semi-nu, passou a ser chamado de índio.

(PIMENTA, R. *Casa da Mãe Joana, curiosidade na origem das palavras, frases e marcas*. Ed. Campus. Rio de Janeiro-RJ. 2002)

Assinale a opção abaixo que mostra uma relação **ina-dequada** entre verbo e substantivo/adjetivo.

- (A) descobrir / descoberta.
- (B) valorizar / valor.
- (C) apreciar / precioso.
- (D) atrair / atrativo.
- (E) patrocinar / patrocínio.

6. (FGV - 2024)

Assinale a opção que apresenta a frase em que as duas ocorrências do mesmo vocábulo mostram significados **diferentes**.

- (A) As colônias não deixam de ser colônias pelo fato de serem independentes.
- (B) Saber dissimular é o saber dos reis.
- (C) Não devia ser permitido viajar para fora do país se ainda não conhecemos nosso país por inteiro.
- (D) A boa madeira não cresce com o sossego; quanto mais forte o vento, mais fortes as árvores.

7. (FGV - 2023)

As opções a seguir apresentam termos sublinhados. Assinale a opção em que ocorre valor interrogativo (interrogação indireta) desse termo.

- (A) A lei desconhece onde reside a justiça.
- (B) O poder só sobe a cabeça quando encontra o local vazio.
- (C) Ninguém ama sua pátria porque ela é grande, mas porque é sua.
- (D) É muito ruim que todas as pessoas que sabem como dirigir o país estão ocupadas dirigindo táxis e cortando cabelo.
- (E) Um político honesto é aquele que, quando eleito, cumpre a lei.

8. (FGV - 2021)

ATENÇÃO: A QUESTÃO DEVE SER RESPONDIDAS A PARTIR DO TEXTO I. TEXTO I

Uma reunião por computador é paradoxalmente mais distante e mais próxima do que um encontro presencial. Mais distante por razões óbvias: as pessoas estão reduzidas a duas dimensões, presas em quadradinhos numa tela. Por outro lado, somos brindados com uma pequena moldura de intimidade alheia que não seria revelada em torno da mesa de um escritório.

Vemos a sala ou o quarto dos outros. A estante de livros. Vejo pendurada uma boina no cabide de um colega de trabalho, a quem sempre atribuí um caráter discreto e austero. Em que ocasião ele usa essa boina? Será que meu colega não é careta e austero coisa nenhuma e, aos domingos, veste a boina, acende um cachimbo e pinta telas com nus gigantes?

Em contrapartida, li no jornal The New York Times uma matéria, a qual tratava da importância que damos, em nossas interações sociais, às imediatas respostas faciais e corporais das outras pessoas. A cada instante, vamos moldando nosso discurso pelos sorrisos, sobrancelhas arqueadas ou braços cruzados dos nossos interlocutores.

Numa reunião on-line, cada um tem uma qualidade de conexão diferente e as reações chegam embaralhadas, às vezes com vários segundos de atraso. Ao vivo é quando podemos interpretar perfeitamente o fluxo da conversa. Lemos no outro a antecipação de uma pausa, num outro a intenção de uma fala, num outro, ainda, a disposição para a briga. Uma conversa de várias pessoas é uma sinfonia emocional, cuja partitura a seleção natural nos moldou, por milhares de anos, para ler.

PRATA, Antônio. Zoom. www1.folha.uol.com.br, 14/06/2020.

Adaptado

Considere o fragmento a seguir.

*Uma reunião por computador é **paradoxalmente** mais distante e mais próxima do que um encontro presencial.*

Ao empregar o vocábulo destacado, o autor

- (A) denota que os encontros virtuais atualmente têm caráter dramático e filosófico.
- (B) expressa a contradição por ele observada na maneira de se comunicar por computador.
- (C) questiona a importância que muitas pessoas dão aos encontros virtuais.
- (D) evidencia a necessidade de se buscar formas alternativas de comunicação.
- (E) revela a coerência das relações sociais permeadas pela tecnologia.

9. (FGV - 2025)

A próxima questão refere-se ao TEXTO a seguir:

GARIMPO NA AMAZÔNIA: UM PROBLEMA DE TODOS NÓS

Danicley de Aguiar, ativista sênior do Greenpeace

A atividade garimpeira está longe de ser um problema que atinge exclusivamente os povos indígenas e, com a omissão do Estado, ela se firma como uma questão de saúde pública.

A bacia do rio Tapajós se transformou no epicentro do garimpo na Amazônia, que hoje se espalha como uma epidemia e configura mais uma grave ameaça ao equilíbrio ecológico do bioma. Nesta região, para além dos garimpos localizados nas terras indígenas Munduruku e Sai Cinza, encontramos nada menos que outros 418 garimpos no interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e mais 124 nas Unidades de Proteção Integral.

Entre as áreas protegidas, o avanço do garimpo nas terras indígenas ganha ares de tragédia e é impulsionado não só pelo crime organizado, que financia a extração e a compra do ouro explorado desses territórios, mas também pela desorganização proposital do Estado para enfrentar esta atividade criminosa dentro destes territórios. [...] Provocado pela resistência dos Munduruku à destruição do seu território e consequentemente do seu modo de vida, no dia 15 de setembro, o Ministério Público Federal (MPF) recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) para que o mesmo obrigue o governo brasileiro a retomar,

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. (FGV - 2026)

Dois conjuntos A e B são tais que:

A possui, no mínimo, 15 elementos e, no máximo, 27 elementos.

B possui, no mínimo, 8 elementos e, no máximo, 10 elementos. Considere o conjunto $A - B = \{x/x \in A \text{ e } x \notin B\}$.

A quantidade mínima de elementos que o conjunto A – B pode ter é

- (A) 2.
- (B) 5.
- (C) 7.
- (D) 10.
- (E) 17.

2. (FGV - 2025)

Dados dois conjuntos A e B não vazios, o conjunto A – B é definido por $A - B = \{x/x \in A \text{ e } x \notin B\}$.

Suponha que A possua, no mínimo, 7 elementos e que B possua, no máximo, 4 elementos.

Nessa situação o menor número de elementos que o conjunto A – B poderá ter é

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 7
- (D) 10
- (E) 11

3. (FGV - 2024)

Dados três conjuntos A, B e C não vazios, considere A, B e C os conjuntos formados, respectivamente, pelos elementos que não estão em A, pelos elementos que não estão em B e pelos elementos que não estão em C.

O subconjunto de $A \cup B \cup C$ formado pelos elementos que pertencem simultaneamente aos conjuntos A e B mas não pertencem ao conjunto C pode ser representado por

- (A) $(A \cup B) \cap C$
- (B) $(A \cap B) \cup C$
- (C) $(A \cap C) \cap (B \cap C)$
- (D) $(A \cap C) \cup (B \cap C)$
- (E) $(A \cup C) \cap (B \cup C)$

4. (FGV - 2022)

Em um grupo de 48 pessoas, há 35 advogados e 32 policiais.

Nesse grupo, o número mínimo de pessoas que são ao mesmo tempo advogados e policiais é

- (A) 13.
- (B) 16.
- (C) 19.
- (D) 32.
- (E) 35.

5. (FGV - 2022)

Um grupo de 60 estudantes que se formaram juntos no Ensino Médio resolveu formar 2 grupos no WhatsApp: GP1 e GP2.

Sabe-se que dos 60 estudantes, 7 resolveram não participar do GP1 nem do GP2 e que os números de participantes do GP1 e do GP2 são, respectivamente, 41 e 32.

O número de estudantes que participam simultaneamente dos dois grupos é

- (A) 7.
- (B) 13.
- (C) 20.
- (D) 23.
- (E) 32.

6. (FGV - 2021)

Em um grupo de 218 soldados, 147 são do sexo masculino e 71 do sexo feminino. Para um treinamento, esses 218 soldados são agrupados, aleatoriamente, formando 109 pares de soldados. Sabe-se que, exatamente, 21 pares têm dois soldados do sexo feminino.

O número de pares de soldados que têm dois soldados do sexo masculino é

- (A) 61.
- (B) 59.
- (C) 57.
- (D) 55.
- (E) 53.

7. (FGV - 2022)

N é o maior número inteiro menor do que 100 que, quando dividido por 2 ou por 3, deixa resto igual a 1.

A soma dos algarismos de N é igual a

- (A) 18.
- (B) 17.
- (C) 16.
- (D) 15.
- (E) 14.

8. (FGV - 2024)

Três amigas, Anita, Bebel e Carla, foram jantar juntas. Sabe-se que Anita consumiu, em reais, o dobro do que Carla. Carla, por sua vez, consumiu o equivalente a 60% da quantia consumida por Bebel. Na hora de pagar, as três resolveram dividir a conta igualmente pelas três. É correto concluir que:

- (A) Anita pagou 4/9 a menos do que consumiu;
- (B) Bebel pagou 1/9 a mais do que consumiu;
- (C) Carla pagou 5/9 a mais do que consumiu;
- (D) Anita pagou 1/15 a menos do que consumiu;
- (E) Bebel pagou 4/15 a menos do que consumiu.

AMOSTRA

9. (FGV - 2025)

Uma caneta esferográfica contém, em média, 0,375mL de tinta.

Para que a quantidade total de tinta ultrapasse os 5mL, é preciso ter, no mínimo,

- (A) 13 canetas.
- (B) 14 canetas.
- (C) 15 canetas.
- (D) 16 canetas.
- (E) 17 canetas.

10. (FGV - 2025)

Considere os números:

$$a = \frac{43}{7} \quad b = \sqrt{35,2} \quad c = 6,1795$$

Colocando esses números em ordem crescente, a sequência **correta** é

- (A) $a < b < c$.
- (B) $a < c < b$.
- (C) $b < a < c$.
- (D) $b < c < a$.
- (E) $c < b < a$.

11. (FGV - 2025)

Uma empresa precisa dividir uma verba de R\$ 12.000,00 entre seus três departamentos (A, B e C) de acordo com as seguintes condições:

- I. O valor recebido pelo departamento A é diretamente proporcional ao número de funcionários que possui.
- II. O valor recebido pelo departamento B é inversamente proporcional à quantidade de projetos concluídos.
- III. O valor recebido pelo departamento C é diretamente proporcional ao tempo médio de experiência dos funcionários.

Sabe-se que:

- o departamento A possui 10 funcionários;
- o departamento B concluiu 2 projetos;
- o departamento C tem funcionários com tempo médio de experiência de 4,5 anos.

O departamento B receberá da verba total um valor igual a

- (A) R\$ 100,00.
- (B) R\$ 200,00.
- (C) R\$ 300,00.
- (D) R\$ 400,00.
- (E) R\$ 500,00.

12. (FGV - 2022)

Um avião de passageiros está voando a 11900 m de altitude quando inicia o procedimento de descida. A descida é feita a uma razão constante de 600 metros por minuto até a altitude de 2000 m quando estabiliza sua altitude.

A duração dessa descida foi de:

- (A) 15min 3s.
- (B) 15min 45s.
- (C) 16min 5s.

(D) 16min 30s.

(E) 16min 50s.

13. (FGV - 2022)

Para a pintura externa de um prédio foram contratados pintores no regime de trabalho de 6 horas por dia.

Sabe-se que 5 desses pintores realizam a pintura em exatamente 10 dias inteiros de trabalho.

Se apenas 3 pintores forem contratados no mesmo regime de trabalho, o tempo que levarão para concluir a pintura é de

- (A) 6 dias.
- (B) 16 dias.
- (C) 16 dias mais 2 horas.
- (D) 16 dias mais 4 horas.
- (E) 18 dias mais 4 horas.

14. (FGV - 2024)

Uma fábrica de refrigerante usa máquinas com mesma capacidade de trabalho para engarrafar seu produto. Cinco dessas máquinas são postas em funcionamento simultaneamente com a expectativa de que, em 12 minutos, trabalhando sem intervalos, engarrafem juntas um total de 3.000 garrafas. Lamentavelmente, após 8 minutos de trabalho contínuo, uma delas para de funcionar. As 4 máquinas remanescentes continuaram trabalhando até que o total de 3.000 unidades foi atingido.

O tempo total de trabalho das máquinas, desde o início da realização da tarefa até a meta ser atingida, foi de

- (A) 13 minutos.
- (B) 14 minutos e 30 segundos.
- (C) 15 minutos.
- (D) 16 minutos e 30 segundos.
- (E) 18 minutos.

15. (FGV - 2026)

Um carro leva um tempo de 4 horas para percorrer uma determinada distância, com uma velocidade média V.

Para percorrer a mesma distância, com uma velocidade média 60% maior, o carro levará

- (A) 1h 20min.
- (B) 1h 36min.
- (C) 2h 24min.
- (D) 2h 30min.
- (E) 2h 40min.

16. (FGV - 2024)

Há 24 anos, a idade do meu filho correspondia a 25% da idade que eu tinha. Hoje, a idade dele corresponde a 50% da que tenho.

Se nenhum de nós morrer até lá, a idade dele corresponderá a 60% da idade que eu terei daqui a exatos

- (A) 20 anos.
- (B) 18 anos.
- (C) 16 anos.
- (D) 15 anos.
- (E) 12 anos.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO

1. (FGV - 2024)

Thomas Malthus desenvolveu suas reflexões numa época de grandes transformações econômicas e sociais, como por exemplo, os desdobramentos da revolução industrial inglesa que criaram condições para fabulosos aumentos de produtividade do trabalho humano, e, contradiatoriamente, esse momento da história coincide também com fabuloso sofrimento de grandes contingentes da classe trabalhadora em razão de salários miseráveis e jornadas extenuantes de trabalho.

Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/>. Acesso: 10 set. 2023. P.71.

Sobre o assunto abordado pelo autor, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() Pode-se declarar que, se não for a população contida por freio algum, crescerá em progressão aritmética, enquanto, dadas as atuais condições médias da terra, que os meios de subsistência, só poderiam aumentar, no máximo, em progressão geométrica.

() Um pressuposto importante da elaboração malthusiana sobre a população é que esta deveria sempre ser mantida no nível dos meios de subsistência, pois o progresso da sociedade dependia do equilíbrio entre a população e esses meios.

() Malthus tinha uma obsessão moral contra os costumes da classe operária e, elaborou teorias conservadoras acerca da inutilidade de uma política de bem-estar social que tivesse no seu cerne a distribuição de renda.

As afirmativas são, **respectivamente**,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – F.

2. (FGV - 2023)

(...) Uma guerra sempre avança a tecnologia
Mesmo sendo guerra santa, quente, morna ou fria
Pra que exportar comida
Se as armas dão mais lucros na exportação?
Existe alguém que está contando com você
Pra lutar em seu lugar
Já que nessa guerra
Não é ele quem vai morrer
E quando longe de casa, ferido e com frio
O inimigo você espera
Ele estará com outros velhos Inventando novos jogos
de guerra
Que belíssimas cenas de destruição
Não teremos mais problemas

Com a superpopulação (...)

RUSO, Renato. *Legião Urbana: Música para acampamento*.

Rio de Janeiro: EMI, 1992. 2 CD (90 mim)

A letra da canção pode ser considerada um posicionamento político e socioeconômico de seu autor, ao criticar

- (A) as guerras nucleares e os pressupostos neomalthusianos.
- (B) o rompimento de alianças estratégicas e os ideais reformistas.
- (C) os atores ligados à indústria bélica e os ideais malthusianos.
- (D) a evolução tecnológica das armas e as concepções ecomalthusianas.
- (E) a destruição de cidades com perdas de vidas e as teorias marxistas.

3. (FGV - 2022)

As variações nos ritmos e padrões de crescimento demográfico observadas em escala planetária são comumente explicadas por meio do modelo denominado de transição demográfica.

Sobre os diferentes regimes e fases previstos no *modelo da transição demográfica*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O regime demográfico tradicional é caracterizado por altas taxas de mortalidade e baixas taxas de natalidade.
- II. Na fase de transição, as taxas de natalidade decrescem antes das taxas de mortalidade.
- III. O regime demográfico moderno é marcado por baixas taxas de natalidade e mortalidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

4. (FGV - 2024)

Com o processo de urbanização intensificado a partir dos anos de 1950 por conta das atividades turísticas na região do litoral norte paulista, Caraguatatuba passou a apresentar problemas socioespaciais.

Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/>. Acesso: 15 out 2023

Como consequências da situação demográfica apresentada no texto, são identificados:

- I. O forte processo migratório, dificultando a formação das condições necessárias à constituição de capital social, como a estruturação de redes de sociabilidade e promoção do diálogo com o poder público.

AMOSTRA

II. O aumento da demanda por instalações e espaços de infraestrutura urbana, num ritmo superior à capacidade de atendimento oferecida pelo Estado.

III. O crescimento espacial rápido e desordenado, levando às ocupações irregulares, bem como ao processo de periferização e sistemática exclusão social e econômica.

Está **correto** o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

5. (FGV - 2023)

“A mudança do padrão demográfico brasileiro tem implicações profundas em diversas políticas públicas, como aquelas relacionadas à saúde, à educação, ao emprego e à previdência social.”

(LACERDA, Antônio Corrêa de; *et al.* (Org..). *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva. 6ª Ed., 2018)

Com relação aos impactos da nova estrutura etária sobre o sistema educacional, analise as afirmativas a seguir.

I. Ao contrário da década de 1970, atualmente, ocorre a diminuição da demanda de crescimento para o Ensino Fundamental e Médio.

II. Com o fim do bônus demográfico, ocorrido na primeira década do século XX, foi reduzida a necessidade de expansão do Ensino Técnico.

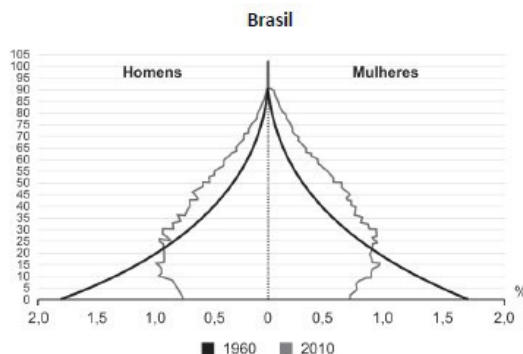
III. Com a redução da demanda por cursos de graduação, aumentou a presença de vagas ociosas no Ensino Superior.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

6. (FGV - 2022)

O gráfico a seguir mostra as pirâmides demográficas do Brasil, em 1960 e 2010.



(Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960/2010. Adaptado)

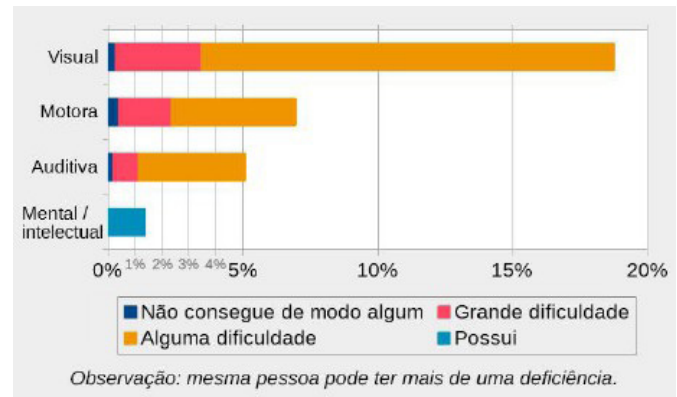
Sobre a evolução da população brasileira, no período 1960/2010, assinale a afirmativa correta.

- (A) O estreitamento da base da pirâmide, em 2010, indica um ligeiro aumento da taxa de natalidade.
- (B) O alargamento do ápice da pirâmide, em 2010, mostra um leve decréscimo do contingente de idosos.
- (C) O maior contingente de adultos, em 2010, indica um aumento da população economicamente ativa.
- (D) A base da pirâmide mais larga, em 1960, mostra um pequeno aumento do contingente de jovens.
- (E) O alargamento da pirâmide, no período, atesta um acréscimo significativo da taxa de mortalidade.

7. (FGV - 2022)

No Censo do IBGE de 2010, cerca de 24% da população, isto é, quase 46 milhões de brasileiros, declarou ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus), ou possuir deficiência mental/intelectual.

Observe o gráfico com a porcentagem da população brasileira, por tipo e grau de dificuldade e deficiência.



IBGE
educa

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Com base no gráfico, a respeito das políticas de inclusão e educação especial, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() O censo subsidia os programas do governo que promovem a inclusão da pessoa com deficiência, apresentando a incidência dos principais impedimentos de caráter físico, sensorial, mental/intelectual.

() As políticas de educação inclusiva devem considerar os indicadores de ocorrência e grau de severidade das deficiências para alocar investimentos adequados às demandas prioritárias.

() A deficiência visual é, entre as elencadas no gráfico, a que apresenta o espectro mais amplo de possibilidades, desde a incidência majoritária de cegueira total até algum grau de baixa visão.

TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CRIMES

1. (FGV - 2025)

Acesso à internet em residências brasileiras salta de 13% para 85% em 20 anos, aponta pesquisa TIC Domicílios 2024

Dados revelam que a presença da internet nos lares brasileiros se expandiu significativamente, mas desigualdades ainda persistem entre classes sociais.

Apesar do crescimento no acesso à internet nos últimos 20 anos, a pesquisa destaca a desigualdade presente no país. Segundo a TIC Domicílios 2024, a conexão está disponível em 100% dos lares da classe A, mas apenas em 68% das residências das classes D e E.

(Fonte: HELDER, D. G1. 31/10/2024. Adaptado).

Segundo o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014), o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário é assegurado o direito

- (A) à violabilidade e à publicidade do fluxo de suas comunicações pela internet.
- (B) à suspensão da conexão à internet a tempo e a critério da operadora.
- (C) ao fornecimento de seus dados pessoais a terceiros, mesmo que sem seu consentimento.
- (D) à publicidade e à clareza de eventuais políticas de uso dos provedores de conexão à internet e de aplicações de internet.
- (E) ao contrato de prestação de serviços sem detalhamento sobre o regime de proteção de acesso a aplicações de internet.

2. (FGV - 2023)

O Marco Civil da Internet, publicado na Lei nº 12.965/2014, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Um dos principais aspectos versa sobre a isonomia que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento deve ter ao tratar quaisquer pacotes de dados.

Tal aspecto é um dever estabelecido na seção que trata da:

- (A) Neutralidade da Rede;
- (B) Proteção aos Registros;
- (C) Guarda de Registros de Conexão;
- (D) Responsabilidade por Danos;
- (E) Atuação do Poder Público.

3. (FGV - 2024)

Determinado usuário de uma rede social posta rotineiramente conteúdos contrários ao respectivo termo de uso. Ciente disso, o provedor passou a praticar

shadowbanning. A respeito do *shadowbanning*, é **correto** afirmar que

(A) cuida-se de legítimo exercício da moderação de conteúdo, pela qual, por exemplo, remove-se uma postagem.

(B) é uma técnica na qual, antes da moderação de conteúdo, notifica-se o usuário para que se manifeste na defesa da legitimidade de sua postagem.

(C) deve, como regra, ser aceito, desde que levado a efeito diretamente por pessoa humana (funcionário da plataforma) e não através de algoritmo.

(D) sua proibição é uma decorrência lógica da liberdade de expressão, da proibição de censura e da exigência de transparência do provedor.

(E) trata-se de atuação do provedor que, se inserta no termo de uso, deve ser compreendida como legítima, afastando-se eventual argumento de ilegalidade, por conta da autonomia privada.

4. (FGV - 2026)

A empresa de segurança de direito privado TJSeg foi contratada para proteger as dependências físicas de um Tribunal de Justiça. Para cumprir as obrigações acordadas, a TJSeg necessita coletar e tratar, em sua totalidade, dados pessoais dos visitantes do tribunal, por meio de sistemas de vigilância e controle de acesso. O tratamento de dados na TJSeg deve considerar a aplicabilidade, ou não, da LGPD (Lei nº 13.709/2018).

O tratamento de dados realizado pela TJSeg, nesse contexto, deverá ocorrer:

- (A) em observância parcial à LGPD, caso a empresa possua capital integralmente constituído pelo poder público;
- (B) isento da LGPD, por se enquadrar na atividade de segurança do Estado, sendo regido por legislação específica;
- (C) em total observância à LGPD, por não se enquadrar em nenhum dos casos previstos para isenção de aplicabilidade;
- (D) isento da LGPD, desde que a empresa se submeta a um processo de avaliação de impacto no que se refere à proteção de dados pessoais;
- (E) isento da LGPD, desde que a empresa atue sob a tutela e a supervisão direta do tribunal e que o tratamento seja estritamente proporcional e necessário para a segurança das dependências físicas.

5. (FGV - 2025)

Dados institucionais dizem respeito a qualquer informação de fatos ou material que possam ser utilizados no intuito de subsidiar a tomada de decisão. O seu armazenamento é fundamental para a manutenção da segurança institucionais.

AMOSTRA

A este respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. A proteção de dados visa salvaguardar a privacidade e a segurança da informação durante o ciclo de vida do tratamento dos dados.

II. É desejável utilizar os *frameworks* sobre privacidade e segurança da informação consolidados e utilizados globalmente por instituições.

III. Os *frameworks* abrangentes, com controles e medidas aplicáveis em qualquer negócio, não devem ser utilizados.

Está **correto** o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

6. (FGV - 2025)

A LGPD estabelece em seu texto, com definição detalhada, os diferentes atores envolvidos no processo de tratamento de dados, abrangendo atividades como produção, armazenamento, eliminação e controle, entre outras.

Com base nessas definições, assinale a opção correta.

- (A) Controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- (B) Tutelado é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do responsável.
- (C) Operador é a pessoa natural ou jurídica a quem se referem os dados pessoais sensíveis que são objeto de tratamento autorizado.
- (D) Encarregado é o órgão da Administração Pública incumbido por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
- (E) Autoridade nacional é a pessoa indicada pelo Poder Executivo Federal como canal de comunicação entre os atores do processo de tratamento de dados.

7. (FGV - 2025)

Leia o caso a seguir.

Carmen participou de uma pesquisa online promovida por uma organização de pesquisa social. O objetivo declarado da pesquisa era coletar dados sobre o acesso da população a aparelhos culturais. Todas as informações fornecidas pelos participantes foram anunciadas como anônimas e destinadas exclusivamente à formulação de políticas públicas. No entanto, após sua participação, Carmen começou a receber comunicações promocionais personalizadas de empresas privadas do setor cultural, o que revelou que seus dados foram compartilhados indevidamente para fins comerciais.

Assinale a opção que apresenta **corretamente** o princípio da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) que foi violado pela organização responsável pela pesquisa.

- (A) Autodeterminação informativa.
- (B) Livre desenvolvimento da personalidade.
- (C) Inviolabilidade da honra.
- (D) Livre concorrência.
- (E) Liberdade de expressão.

8. (FGV - 2025)

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), avalie se o tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para

I. a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.

II. o registro de informações de consumo sem consentimento prévio do consumidor, representando risco a privacidade dos seus dados.

III. a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

9. (FGV - 2024)

A diretoria de administração de um Tribunal de Justiça está executando um projeto de criação de um painel gerencial (*dashboard*) para apresentar as atividades desenvolvidas pelas serventias judiciais. O painel agregará dados anonimizados relacionados ao acervo cartorário, à estrutura, à força de trabalho e aos custos de todas as serventias do Tribunal. A liderança do projeto defende que o painel permitirá a supervisão das atividades das serventias judiciais e subsidiará a tomada de decisão pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Uma entidade privada, constituída para a defesa de interesses individuais e coletivos, tomou conhecimento da medida e decidiu impetrar mandado de segurança, sustentando a incompatibilidade do tratamento de dados com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Nesse caso, assinale a opção que indica a base legal para o tratamento dos dados mencionados.

- (A) Legítimo interesse.
- (B) Realização de estudos por órgão de pesquisa.
- (C) Tratamento e uso compartilhado de dados necessários para a execução de políticas públicas.
- (D) Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato.
- (E) Consentimento.

CIÊNCIAS FORENSES

1. (FGV - 2026)

A definição de perícia inclui o conceito de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da Justiça.

Sobre o conceito de perícia, assinale a opção correta.

- (A) A perícia é completamente objetiva, sem nenhuma parte subjetiva.
- (B) A perícia é subjetiva na totalidade, não havendo parte objetiva.
- (C) A parte objetiva da perícia deve ser descrita no item discussão.
- (D) A parte subjetiva da perícia deve ser descrita no item descrição.
- (E) A perícia tem uma parte objetiva relacionada às alterações visíveis encontradas nas lesões e uma parte subjetiva.

2. (FGV - 2026)

Conforme FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina Legal. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018, as perícias médico-legais apresentam as seguintes considerações:

I. São um conjunto de procedimentos médicos e técnicos que têm, como finalidade, o esclarecimento de um fato de interesse da Justiça. Ou como um ato pelo qual a autoridade procura conhecer, por meios técnicos e científicos, a existência ou não de certos acontecimentos, capazes de interferir na decisão de uma questão judiciária ligada à vida ou à saúde do homem ou que com ele tenha relação.

II. Ou seja, *pericia percipiendi* é aquela em que o perito é chamado para conferir técnica e cientificamente um fato sob uma óptica quantitativa e qualitativa.

III. *pericia deducendi* é a análise feita sobre fatos preteritos com relação aos quais possam existir contestação ou discordância das partes ou do julgador.

Nesse caso, o perito é chamado para avaliar ou considerar uma apreciação sobre uma perícia já realizada.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

3. (FGV - 2026)

Em um caso de crime ambiental, o perito observa divergências entre as conclusões do laudo técnico e os depoimentos testemunhais.

Nesse cenário, o perito deve

- (A) rejeitar as análises laboratoriais.
- (B) ajustar o laudo para compatibilizar as versões.

(C) fundamentar seu parecer exclusivamente nos dados técnicos.

(D) solicitar anulação do processo.

(E) considerar apenas os depoimentos de autoridade policial.

4. (FGV - 2021)

Um dos métodos mais fidedignos para a pesquisa de pólvora na mão do atirador, também chamado de residuograma, é realizado por meio da:

- (A) diafanoscopia;
- (B) reação de residronato;
- (C) microscopia eletrônica de varredura;
- (D) pesquisa química de chumbo, bário e antimônio;
- (E) microscopia ótica para detecção de grânulos de chumbo.

5. (FGV - 2022)

Assinale a opção que caracteriza acidente de trabalho.

- (A) Acidente em que o profissional tem mais de 15 dias de isenção de suas atividades profissionais.
- (B) Acidente em que ocorre uma queda dentro de um estabelecimento da empresa, mesmo que não leve a necessidade de atendimento médico.
- (C) Acidente no trajeto do trabalho para residência ou dentro do horário de trabalho, independente de comprovação de atendimento médico subsequente.
- (D) Lesão corporal ou perturbação funcional, ocorrida no exercício do trabalho ou a serviço da empresa, que cause redução da capacidade de trabalho.
- (E) Lesão corporal de qualquer natureza que tenha levado a concessão de benefício previdenciário.

6. (FGV - 2022)

Com relação às lesões causadas por *ação física, não mecânica*, assinale **V** para afirmativa verdadeira e **F** para a falsa. () Lesões causadas por ação térmica que atua difusamente podem levar a insolação e a intermação.

() Lesões causadas por ação térmica que atua diretamente sobre o corpo, através de gases, líquidos, ou sólidos aquecidos, ou por chama, podem levar a queimaduras de até 3º grau.

() A gravidade das queimaduras depende principalmente da extensão e da profundidade da área queimada.

As afirmativas são, **respectivamente**,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e V.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

AMOSTRA

7. (FGV - 2021)

A ação do calor difuso pode levar a diversas alterações, sendo a mais grave:

- (A) lipotimia;
- (B) intermação;
- (C) síncope térmica;
- (D) insolação;
- (E) queimadura

8. (FGV - 2022)

Armas brancas podem produzir feridas de diferentes tipos, a depender da atuação de outros componentes.

Quando a ferida é produzida por meio do deslizamento da lâmina sobre o tecido, seccionando vasos sanguíneos e causando hemorragia volumosa, ela é denominada

- (A) contusa.
- (B) corto-contusa.
- (C) perfuro-contusa.
- (D) cortante.
- (E) perfurante.

9. (FGV - 2026)

As substâncias tóxicas têm diferentes mecanismos de ação tóxica.

Dentre as opções a seguir, assinale aquela em que há correspondência entre a substância tóxica e seu efeito no organismo

- (A) EDTA e oxalato de cálcio – bloqueio do transporte de oxigênio
- (B) Benzocaína, nitritos, fenol – tetanização
- (C) Curares – bloqueio da respiração celular.
- (D) Digitais em doses tóxicas – arritmias e parada cardíaca
- (E) Curares – tetanização

10. (FGV - 2021)

O cadáver de uma mulher jovem foi encontrado sobre a cama em meio a travesseiros e cobertas em desalinho. O exame pericial, na cena do crime, indicou a presença de múltiplas equimoses violáceas na face e membros superiores, bem como escoriações avermelhadas, em forma de meia lua, na face lateral direita do pescoço, com lábios e extremidades dos dedos arroxeadas.

A principal suspeita é a morte por:

- (A) sufocação direta;
- (B) sufocação indireta;
- (C) esganadura;
- (D) estrangulamento;
- (E) enforcamento.

11. (FGV - 2021)

Presença de sulco apergaminhado, descontínuo, mais fundo na face lateral direita do pescoço, superficializando para a esquerda e para cima, permite ao perito pensar na hipótese de:

- (A) enforcamento incompleto;
- (B) estrangulamento atípico;
- (C) enforcamento atípico lateral;
- (D) estrangulamento;
- (E) sufocação direta.

12. (FGV - 2022)

O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente potencializou o sistema de proteção aos mesmos em 1990. Sobre esse assunto assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A síndrome de Silverman Caffey Kamp é caracterizada pela presença de feridas por ação contundente em várias idades.
- (B) A síndrome da criança espancada ou “battered child syndrome” descreve apenas quadro de espancamento propriamente dito.
- (C) Lesões intraparenquimatosas hemorrágicas por ruptura de canais vasculares são observadas na síndrome da criança sacudida.
- (D) Para que maus tratos sejam caracterizados, é preciso que exista uma relação de guarda, proteção e vigilância entre autor e vítima.
- (E) A negligência com as necessidades básicas da infância caracterizam maus tratos por omissão.

13. (FGV - 2022)

Lesões por projéteis de arma de fogo são perfuro-contusas uma vez que a profundidade predomina pelo afastamento das fibras dos tecidos.

Sobre tais feridas é **correto** afirmar que

- (A) a orla de queimadura sempre está presente.
- (B) a orla de tatuagem é causada pelos gases superaquecidos.
- (C) as orlas de equimose e enxugo caracterizam disparo a curta distância.
- (D) as orlas de equimose, enxugo e escoriação formam o anel de Fish e caracterizam disparo a curta distância.
- (E) a orla de tatuagem é causada por grãos de pólvora incombusta.

14. (FGV - 2026)

O diagnóstico da causa da morte bem como a definição da causa jurídica são as principais razões da realização das necrópsias forenses. Assinale a opção correta.

- (A) Morte súbita significa que o indivíduo morreu imediatamente.
- (B) Morte assistida significa que, no momento do óbito, havia alguém junto ao falecido.
- (C) A causa jurídica da morte não é atribuição do médico.
- (D) A causa jurídica da morte é atribuição do médico legista.
- (E) A causa jurídica da morte corresponde a definição de morte natural ou violenta.

15. (FGV - 2026)

No trabalho do legista, tanto a causa médica da morte quanto a causa jurídica interessam à Justiça.

Na melhor doutrina atual brasileira sobre o assunto, pode-se afirmar corretamente que

- (A) o médico legista tem por missão profissional determinar tanto a causa médica quanto a jurídica, devendo descrevê-las expressamente no seu laudo pericial.
- (B) a omissão da causa jurídica da morte por muitos profissionais da medicina legal infelizmente ocorre, por medo de incorreção no laudo, mas isso pode expô-lo a processo ético.

CONTABILIDADE GERAL

1. (FGV - 2026)

Ao analisar o Balanço Patrimonial de uma sociedade empresária, um perito verificou que os ativos apresentavam os seguintes saldos: Realizável a Longo Prazo: R\$30.000; Intangível: R\$40.000; Circulante: R\$50.000; Investimentos: R\$60.000; Imobilizado: R\$70.000.

Ao realizar a análise vertical do Balanço Patrimonial, o perito concluiu que os direitos que têm por objeto os bens corpóreos da sociedade empresária, destinados à manutenção de suas atividades ou exercidos com essa finalidade correspondem à seguinte porcentagem do ativo total

- (A) 24%.
- (B) 28%.
- (C) 52%.
- (D) 68%.
- (E) 80%.

2. (FGV - 2024)

Um analista realizou uma análise vertical da demonstração do resultado do exercício de uma sociedade empresária.

Em sua análise, ele constatou que os resultados obtidos eram os mesmos daqueles percebidos na análise dos indicadores de

- (A) liquidez.
- (B) lucratividade.
- (C) rentabilidade.
- (D) endividamento.
- (E) estrutura de capitais.

3. (FGV - 2024)

Uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial em 31/12/2023: Disponibilidades: R\$150.000; Patrimônio Líquido: R\$150.000.

Em 30/01/2024, a sociedade empresária adquiriu, à vista, um veículo por R\$100.000 para utilizar em seus negócios. Ainda, pagou, antecipadamente, o seguro de dois anos do veículo, vigente a partir de 01/02/2024, por R\$24.000.

Ao realizar a análise vertical do balanço patrimonial, pode-se constatar que, em 31/01/2024, a seguinte porcentagem do patrimônio é aplicada em ativos realizáveis no curto prazo:

- (A) 17,33
- (B) 20,63
- (C) 24,67
- (D) 25,33
- (E) 29,37

4. (FGV - 2024)

Assinale a opção que indica uma utilidade da contabilidade de custos para a contabilidade financeira e uma para a contabilidade gerencial, respectivamente.

- (A) Mensuração dos estoques para o balanço patrimonial e determinação das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.
- (B) Mensuração dos estoques para o balanço patrimonial e apuração da vida útil dos ativos imobilizados para efeito de depreciação.
- (C) Base para reconhecimento de dividendos distribuídos a sócios e para determinação do preço que deve ser cobrado para cobrir o custo do produto.
- (D) Mensuração do custo dos produtos vendidos para apuração do resultado e base para determinação do preço que deve ser cobrado para cobrir o custo do produto.
- (E) Mensuração do custo dos produtos vendidos para apuração do resultado e determinação das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

5. (FGV - 2026)

Ao observar as contas de um Balanço Patrimonial, em 31/12/2025, um analista constatou que a entidade não apresentava obrigações com terceiros de curto prazo, apenas de longo prazo. Ainda, não havia elementos patrimoniais negativos.

Em relação aos elementos patrimoniais e suas implicações, pode-se afirmar que

- (A) o passivo é igual a zero.
- (B) o capital circulante líquido é negativo.
- (C) o ativo é maior do que o patrimônio líquido.

- (D) o ativo não circulante é maior do que o circulante.
- (E) o ativo e o patrimônio líquido apresentam o mesmo valor.

6. (FGV - 2021)

Uma entidade apresenta passivo a descoberto.

Em relação à equação fundamental nesta entidade, assinale a opção **correta**.

- (A) Passivo = Patrimônio Líquido – Ativo.
- (B) Passivo = Ativo + Patrimônio Líquido.
- (C) Patrimônio Líquido = Ativo + Passivo.
- (D) Ativo = Patrimônio Líquido – Passivo.
- (E) Ativo + Passivo + Patrimônio Líquido = 0.

AMOSTRA

7. (FGV - 2025)

De acordo com a premissa da continuidade operacional, presente na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, presume-se que a entidade não tem a intenção e nem a necessidade de

- (A) mudar a área ou o local de atuação.
- (B) entrar em liquidação ou deixar de negociar.
- (C) substituir as suas estratégias financeiras ou operacionais.
- (D) deixar de publicar seus relatórios contábeis ou econômicos.
- (E) continuar operando por tempo indeterminado ou desconhecido.

8. (FGV - 2025)

De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO, com relação às implicações das características qualitativas para a escolha da base de mensuração, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Utilizar consistentemente as mesmas bases de mensuração para os mesmos itens, seja de período a período, na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades, prejudica a comparabilidade das demonstrações.

() A mudança na base de mensuração pode tornar as demonstrações contábeis menos compreensíveis. Contudo, a mudança pode ser justificada se outros fatores compensarem a redução na compreensibilidade, por exemplo, se a mudança resulta em informações mais relevantes.

() A verificação é melhorada utilizando-se bases de mensuração que resultam em avaliações que podem ser independentemente corroboradas diretamente, por exemplo, observando os preços, ou indiretamente, por exemplo, verificando dados de entrada de modelo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.

9. (FGV - 2024)

Após o período contábil, e antes da aprovação a que se referem as demonstrações contábeis, a administração de uma entidade determina que pretende liquidá-la.

Nesse caso, a entidade deve elaborar as demonstrações contábeis do período finalizado

- (A) de modo resumido.
- (B) sem utilizar o pressuposto de continuidade.
- (C) em duas versões, seguindo e não seguindo o pressuposto de continuidade.
- (D) de acordo com o pressuposto de continuidade, com ajustes nas principais contas.
- (E) de acordo com o pressuposto de continuidade e divulgação do fato em notas explicativas.

10. (FGV - 2024)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, os investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, são os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Isso acontece porque muitos deles

- (A) recebem a maior parte do resultado gerado pela entidade que reporta.
- (B) representam os principais financiadores das entidades que reportam.
- (C) assumem os maiores riscos operacionais ao se relacionarem com a entidade que reporta.
- (D) contratam e remuneram a empresa de auditoria independente responsável pelos relatórios.
- (E) não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles.

11. (FGV - 2024)

De acordo com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, as demonstrações contábeis fornecem informações sobre transações e outros eventos observados do ponto de vista dos(a)

- (A) acionistas minoritários.
- (B) entidade que reporta como um todo.
- (C) usuários, em geral.
- (D) investidores e credores por empréstimos, existentes ou potenciais.

12. (FGV - 2024)

As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional. Desse modo, presume-se que a entidade não tem a intenção e nem a necessidade de

- (A) tornar-se internacional.
- (B) modificar a sua atividade-fim.
- (C) entrar em liquidação ou deixar de negociar.
- (D) expandir os seus negócios para outras localidades.

13. (FGV - 2023)

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, ativo é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos, presente e controlado pela entidade, como resultado de eventos passados.

As opções a seguir indicam exemplos de direitos que representam ativos reconhecidos pela Contabilidade e que correspondem à obrigação de outra parte, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Direitos de receber caixa.
- (B) Direitos de receber produtos ou serviços.
- (C) Direitos de influenciar a tomada de decisões estratégicas.
- (D) Direitos de trocar recursos econômicos com outra parte em condições favoráveis.
- (E) Direitos de beneficiar-se de obrigação de outra parte para transferir um recurso econômico se ocorrer evento futuro incerto especificado.

ESTATÍSTICA

1. (FGV - 2025)

Um conjunto de 36 idades de funcionários de uma sociedade empresária tem média 42 e mediana 41. Quatro novos funcionários serão incorporados ao grupo. As idades desses quatro são 38, 38, 42 e 50.

Em relação aos novos valores da média e da mediana desse grupo de 40 funcionários, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A nova média é 42,5, e a nova mediana continua igual a 41.
- (B) A nova média é 42,5 e a nova mediana é 41,2.
- (C) A nova média continua igual a 42 e a nova mediana continua igual a 41.
- (D) A nova média continua igual a 42 e nada se pode afirmar acerca do valor da nova mediana.
- (E) Nada se pode afirmar acerca dos valores da nova média e da nova mediana.

2. (FGV - 2022)

As notas de nove candidatos num certo exame foram:

54, 48, 46, 51, 38, 50, 44, 58, 32.

A mediana dessas notas é igual a

- (A) 44.
- (B) 46.
- (C) 48.
- (D) 50.
- (E) 51.

3. (FGV - 2021)

Sabe-se que x é maior do que 11 e que a diferença entre a média e a mediana dos cinco números 2, x , 11, 16, 5 é igual a 2.

O valor de x é

- (A) 12.
- (B) 16.
- (C) 21.
- (D) 26.
- (E) 31.

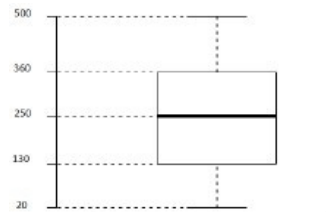
4. (FGV - 2023)

Uma lista com 2023 números inteiros positivos tem moda única que ocorre exatamente 23 vezes. A quantidade mínima de números inteiros diferentes nessa lista é:

- (A) 90;
- (B) 91;
- (C) 92;
- (D) 93;
- (E) 94.

5. (FGV - 2022)

Uma sociedade empresária ocupa um prédio de 6 andares e em cada andar há uma impressora para uso dos funcionários. Cada funcionário tem que acessar apenas a impressora do andar e não tem acesso às impressoras dos outros andares. Como não havia um controle no uso das impressoras, foram então coletadas durante 50 dias informações sobre o número de impressões de cada andar. O boxplot abaixo mostra a distribuição do número de impressões do segundo andar, onde $MIN = 20$, $Q_1 = 130$, $Q_2 = 250$, $Q_3 = 360$, $MAX = 500$.



A distribuição do "número de impressões no segundo andar" possui:

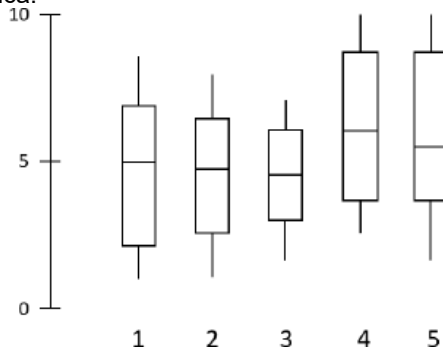
- (A) amplitude interquartílica 480 e tem valores atípicos;
- (B) amplitude interquartílica 230 e tem valores atípicos;
- (C) amplitude interquartílica 230 e não tem valores atípicos;
- (D) amplitude 230 e tem valores atípicos;
- (E) amplitude 480 e tem valores atípicos.

AMOSTRA

6. (FGV - 2022)

Atenção: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

Os diagramas a seguir são Box-Plots de notas de cinco turmas de alunos de um mesmo colégio numa prova de matemática:



A maior mediana das notas foi obtida pela turma

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

7. (FGV - 2026)

Um grupo de 80 pessoas foi submetido a uma pesquisa que constatou que exatamente 60% do grupo possuía plano de saúde, dos quais apenas um quarto possuía plano odontológico.

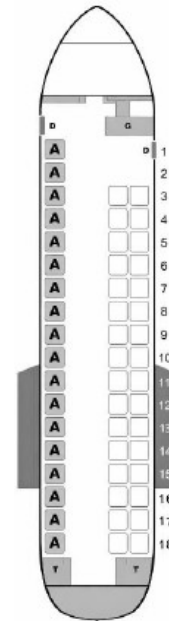
A pesquisa também constatou que, ao todo, 45% das pessoas desse grupo possuíam plano odontológico.

Escolhendo-se aleatoriamente uma pessoa desse grupo que **não** tem plano odontológico, a probabilidade de que ela **não** possua plano de saúde é

- (A) $\frac{1}{10}$.
- (B) $\frac{3}{10}$.
- (C) $\frac{2}{11}$.
- (D) $\frac{4}{11}$.
- (E) $\frac{9}{20}$.

8. (FGV - 2026)

A imagem a seguir apresenta o mapa de assentos de uma aeronave Embraer 145, utilizada comercialmente para transporte de passageiros. Nela, cada fileira de assentos está indicada com um número natural de 1 a 18 e cada coluna de assentos deve ser reconhecida por uma das seguintes letras: A, B e C. Conforme registrado na imagem, a coluna A é a que está à esquerda, posicionada na janela, enquanto as colunas B e C estão colocadas à direita, sendo que apenas a coluna C está posicionada na janela. Além disso, as fileiras numeradas de 11 a 15 estão colocadas sobre as asas da aeronave.



Fonte: <https://www.seatmaestro.com/airplanes-seat-maps/continental-airlines-embraer-rj-145/> (Disponível em 10 fev. 2026. Adaptado)

Uma pessoa viajará nessa aeronave e terá seu assento escolhido aleatoriamente pela empresa aérea.

Sendo assim, a probabilidade de que ela seja alocada em um assento que está na janela e que não está sobre as asas é igual a

- (A) $\frac{24}{54}$
- (B) $\frac{24}{50}$
- (C) $\frac{26}{54}$
- (D) $\frac{26}{50}$
- (E) $\frac{35}{50}$

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

1. (FGV - 2025)

Depois de verificar as definições relacionadas à qualidade da informação no âmbito da Lei nº 12.527/2011, Neusa constatou que, entre elas, existe aquela condizente com a informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações e outra atinente à informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Nesse contexto, tais qualidades correspondem, respectivamente,

- (A) a primariedade e a integridade.
- (B) a disponibilidade e a autenticidade.
- (C) a integridade e a disponibilidade.
- (D) a autenticidade e a primariedade.
- (E) a essencialidade e a autenticidade.

2. (FGV - 2024)

Em relação à classificação da informação quanto ao grau e prazos de sigilo, de acordo com a Lei nº 12.527/2011, são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam comprometer

- (A) o controle da inflação.
- (B) as atividades de inteligência.
- (C) a estabilidade da moeda nacional.
- (D) o crescimento do mercado de capitais.
- (E) as operações do Ministério da Justiça.

3. (FGV - 2025)

Lucas, agente público estável do Estado do Paraná, que se encontrava em disponibilidade, retornou ao exercício de cargo público de natureza e remuneração compatíveis com as do cargo anteriormente ocupado.

Considerando as disposições da Lei Estadual no 6.174/1970, assinale a opção que indica a modalidade de provimento de cargo manifestada no cenário apresentado.

- (A) Aproveitamento.
- (B) Reintegração.
- (C) Readaptação.
- (D) Remoção.
- (E) Reversão.

4. (FGV - 2024)

A Constituição do Estado do Paraná prevê que os Municípios que, através de norma estadual, recebem restrições ao seu desenvolvimento socioeconômico, limitações ambientais ou urbanísticas, em virtude de possuírem mananciais de água potável que abastecem outros Municípios, ou por serem depositários finais de resíduos sólidos metropolitanos, absorvendo aterros sanitários, terão direito à compensação financeira mensal.

Diante do exposto e de acordo com a Constituição do Estado do Paraná, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Os recursos da compensação deverão ser aplicados pelos Municípios somente em programas de preservação do meio ambiente.
- (B) A referida compensação dependerá de lei complementar e não terá eficácia imediata.
- (C) Os recursos da compensação de que trata esta norma deverão ser integralizados diretamente aos Municípios pelas concessionárias de serviços públicos cuja atividade se beneficie das restrições, na proporção de 20% (vinte por cento) do valor do metro cúbico de água extraída do manancial ou bacia hidrográfica e de 10% (dez por cento) do valor da tonelada de lixo depositada.
- (D) Somente terão direito a compensação financeira, na hipótese de mananciais, os Municípios com restrições legais de uso, superiores a 40% (quarente por cento) em seus territórios.
- (E) Quando o aproveitamento do potencial de abastecimento atingir mais de um Município, a distribuição dos percentuais será proporcional, levando-se em consideração, dentre outros parâmetros, o tamanho das áreas de captação, o volume captado, o impacto ambiental, social, econômico e o interesse público regional.

5. (FGV - 2024)

Foram realizados estudos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com o objetivo de instituir uma região metropolitana em determinada região do Estado, abrangendo os Municípios Alfa, Beta, Gama e Sigma, todos limítrofes entre si. Ao fim desses estudos, concluiu-se que:

I. a instituição da região metropolitana exigiria a edição de diploma normativo a ser aprovado pela maioria absoluta dos Deputados Estaduais.

II. pode ser atribuída à região metropolitana, a ser obrigatoriamente integrada pelos referidos Municípios, a execução do serviço público de fornecimento de água

III. a sociedade civil organizada, embora não pudesse participar da gestão regional, teria assegurado de maneira plena o seu direito de petição.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição do Estado do Paraná, é **correto** afirmar, em relação às conclusões I, II e III, que

- (A) todas estão certas.
- (B) somente a conclusão I está certa.
- (C) somente a conclusão III está certa.
- (D) somente as conclusões I e II estão certas.
- (E) somente as conclusões I e III estão certas.

AMOSTRA

6. (FGV - 2024)

A Constituição do Estado do Paraná prevê que se aplica aos servidores ocupantes de cargos públicos o disposto no Art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Diante do exposto, de acordo com Constituição do Estado do Paraná e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A previsão de que o Estado manterá escola de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados ofende a Constituição da República.

(B) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, permitido o acréscimo de gratificação, desde que prevista em lei.

(C) A exigência da Constituição do Estado de Lei complementar para estabelecer a organização, as atribuições e o estatuto das carreiras exclusivas do Estado, viola os termos da Constituição da República.

(D) Leis estadual e municipal não poderão disciplinar a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundações, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público.

(E) A previsão de que a remuneração, sob a forma de subsídio passa a ser fixada com a diferença de 5% de uma para outra classe, aos servidores públicos integrantes da Carreira Jurídica Especial de Advogado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Paraná está de acordo com a Constituição da República.

7. (FGV - 2024)

De acordo com a Constituição do Estado do Paraná, quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo estadual, citará previamente o Procurador-Geral do Estado e o Procurador-Geral da Assembleia Legislativa, que defenderão o ato ou texto impugnado, ou, no caso de norma legal ou ato normativo municipal, o Prefeito e o Presidente da Câmara, para a mesma finalidade.

Sobre a ação direta de inconstitucionalidade em face da Constituição do Estado do Paraná, é **correto** afirmar que

(A) é parte legítima para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição do Estado do Paraná, o Defensor Público Geral do Estado do Paraná.

(B) somente pelo voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do órgão especial, poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público e o

Procurador-Geral de Justiça será sempre ouvido nas ações de inconstitucionalidade, mesmo quando não for o autor da ação.

(C) poderá ser reconhecida a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma desta Constituição, a decisão será comunicada ao poder competente para adoção das providências necessárias à prática do ato ou início do processo legislativo, e, em se tratando de órgão administrativo, para emití-lo em 90 (noventa) dias, sob pena de responsabilidade.

(D) é parte legítima para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição do Estado do Paraná, o Prefeito de município localizado no Estado do Paraná.

(E) foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal o dispositivo previsto na Constituição do Estado do Paraná que exclui o Governador e o Presidente da Assembleia Legislativa da citação prévia para defender o ato normativo quando este for estadual.

8. (FGV - 2024)

A Constituição do Estado do Paraná prevê que a Assembleia Legislativa do Paraná reunir-se-á em sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano de legislatura, para a posse de seus membros e eleição da mesa para mandato de dois anos.

Pela leitura do trecho acima, de acordo com Constituição do Estado do Paraná e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A Constituição do Estado do Paraná autoriza a reeleição ilimitada ao cargo da mesa diretora.

(B) A Constituição do Estado do Paraná veda expressamente a recondução/reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

(C) De acordo com o princípio da simetria, a referida norma é repetição obrigatória da Constituição Federal de 1988.

(D) A referida norma não é de repetição obrigatória, sendo distinta do que prevê a Constituição Federal de 1988, que autoriza expressamente a reeleição ao mesmo cargo da mesa diretora.

(E) Apesar da Constituição do Estado do Paraná não prever, deve ser conferida interpretação conforme a Constituição Federal de 1988 a este dispositivo para que se permita apenas uma reeleição ou recondução sucessiva ao mesmo cargo da Mesa Diretora.

9. (FGV - 2024)

A Constituição do Estado do Paraná é o documento fundamental que estabelece os princípios, direitos e deveres que regem a organização e funcionamento do poder público e da sociedade paranaense.

Com relação à Constituição do Estado do Paraná, analise os itens a seguir.

I. A contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas do regime próprio de previdência social do Estado poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria

DIREITO PENAL

1. (FGV - 2024)

No que diz respeito à hermenêutica, em teoria, a aplicação de norma incriminadora para punir conduta não expressamente prevista em lei configura

- (A) interpretação extensiva, sendo juridicamente admissível.
- (B) interpretação assistemática, sendo juridicamente inadmissível.
- (C) analogia *in malam partem*, sendo juridicamente inadmissível.
- (D) interpretação declarativa, sendo juridicamente admissível.
- (E) interpretação analógica, sendo juridicamente inadmissível.

2. (FGV - 2023)

Josué, cidadão brasileiro com 17 (dezessete) anos e 29 (vinte e nove) dias de idade, disparou arma de fogo contra Jacó; como consequência, Jacó foi atingido e faleceu no hospital 30 (trinta) dias depois.

Sobre o tempo do crime, o vigente Código Penal adota a teoria

- (A) da atividade.
- (B) do resultado.
- (C) do nexo causal.
- (D) da ubiquidade.
- (E) atemporal.

3. (FGV - 2026)

Pierre, cidadão francês e secretário do Consulado da França em Buenos Aires, está em gozo de férias no Brasil.

Ao realizar um passeio turístico em uma embarcação de bandeira privada argentina, que se encontrava no mar territorial brasileiro, Pierre envolveu-se em uma discussão e, com a intenção de matar, desferiu um disparo de arma de fogo contra Enzo, cidadão italiano domiciliado no Brasil. Enzo foi atingido, mas sobreviveu.

Pierre foi preso em flagrante pela Polícia Federal ao desembarcar em solo brasileiro. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Aplica-se a lei penal brasileira ao fato, com base no princípio da territorialidade, pois, sendo de natureza privada e estando em mar territorial nacional, a embarcação submete-se à jurisdição do Estado costeiro, não incidindo a imunidade, uma vez que Pierre não exerce função diplomática no Brasil.

(B) Aplica-se a lei penal argentina ao fato, com base no princípio da bandeira ou representação, pois embarcações privadas são consideradas extensão do território do país de origem, prevalecendo a jurisdição do Estado da bandeira sobre a do Estado costeiro em caso de delitos ocorridos a bordo.

(C) Pierre goza de imunidade diplomática plena e inviolabilidade pessoal, razão pela qual a prisão em flagrante deve ser relaxada a fim de permitir a sua extradição para a França ou para a Argentina.

(D) Aplica-se a lei penal brasileira ao fato com base no princípio da extraterritorialidade incondicionada, por se tratar de crime praticado por estrangeiro contra pessoa domiciliada no Brasil, sendo a embarcação estrangeira considerada o lugar do crime.

(E) Aplica-se a lei penal brasileira ao fato, mas o início do processo dependerá de requisição do Ministro da Justiça e da verificação das condições de entrada do agente em território nacional, uma vez que o crime foi praticado por estrangeiro contra estrangeiro em local de jurisdição brasileira mitigada.

4. (FGV - 2026)

Avalie os casos a seguir.

Caso 1: Marcelo, funcionário de uma empresa de contabilidade, decide obter vantagem financeira ilícita. Para tanto, desde o início, planeja falsificar notas fiscais eletrônicas e inserir dados falsos em declarações tributárias para desviar valores da empresa em que trabalha, consumando o crime de sonegação fiscal. Ele executa todo o plano conforme idealizado.



AMOSTRA

Caso 2: Patrícia, ao flagrar o seu companheiro Ricardo praticando adultério, movida por forte emoção, agride-o com socos e tapas, causando-lhe lesões corporais leves. Contudo, durante a agressão, Patrícia altera sua intenção inicial e, tomada por ódio crescente diante das provocações de Ricardo, pega uma faca na cozinha e o esfaqueia, causando-lhe a morte.

Sobre os casos apresentados, considerando os institutos do crime progressivo e da progressão criminosa e o princípio da consunção, assinale a afirmativa correta.

- (A) A conduta de Marcelo configura crime progressivo, pois ele, desde o início, tinha a intenção de consumir a sonegação fiscal, sendo a falsificação de documentos um meio para o crime-fim; já a conduta de Patrícia configura progressão criminosa, pois inicialmente ela pretendia apenas agredir Ricardo, mas alterou a sua vontade durante a execução.
- (B) A conduta de Patrícia configura crime progressivo, uma vez que ela necessariamente passou pelo crime de lesão corporal para atingir o resultado morte, sendo o homicídio o único crime pelo qual deverá responder.
- (C) Tanto a conduta de Marcelo quanto a de Patrícia configuram crime progressivo, uma vez que, em ambos os casos, houve a prática de crime menos grave como etapa necessária para a consumação do crime mais grave, devendo cada um responder apenas pelo delito mais grave.
- (D) A conduta de Marcelo configura progressão criminosa, pois ele praticou um crime menos grave (falsidade documental) antes de consumir o crime mais grave (sonegação fiscal), independentemente do momento em que formou a intenção de praticar o delito final.
- (E) A conduta de Marcelo configura crime progressivo e, por isso, ele deverá responder em concurso material pelos crimes de falsidade documental e sonegação fiscal; já a conduta de Patrícia configura progressão criminosa e responderá apenas pelo crime de homicídio.

5. (FGV - 2023)

Rogério e Bernardo são policiais e, nessa condição, vestindo uniformes da corporação e no exercício da função, abordaram Júlio (condutor) e Mariana, na Rodovia MA 123, e solicitaram a exibição dos documentos de porte obrigatório. Rogério constatou a autenticidade dos documentos exibidos mas, não obstante, disse a Bernardo que os documentos aparentavam ser falsos, e que, portanto, conduziria Júlio à Delegacia para lavratura do auto de prisão em flagrante. Ato contínuo, Rogério se dirigiu a Mariana e passou a exigir uma quantia em dinheiro para evitar “prejudicar” Júlio, exibindo ostensivamente a arma de fogo de forma ameaçadora, enquanto Bernardo, a pedido de Rogério, manteve Júlio sob custódia a alguns metros de distância. Mariana, então, entregou a Rogério a quantia requerida.

De acordo com a narrativa acima, assinale a opção que corretamente analisa as condutas de cada personagem.

- (A) Rogério e Bernardo agiram em coautoria de crime contra a Administração Pública, pois ambos dividiram tarefas e incidiram no mesmo tipo penal; Mariana incidiu em corrupção ativa.
- (B) Bernardo agiu em erro de tipo, ao passo que a conduta de Rogério se amolda ao tipo penal de extorsão; Mariana agiu sob coação moral irresistível.
- (C) Bernardo agiu em erro de proibição, ao passo que a conduta de Rogério configura concussão; Mariana agiu sob coação física irresistível.
- (D) Bernardo agiu em estrito cumprimento do dever legal, ao passo que Rogério praticou conduta de concussão; Mariana agiu sob coação moral resistível.
- (E) A conduta de Bernardo se amolda ao tipo penal de prevaricação, ao passo que a conduta de Rogério se enquadra no tipo penal de extorsão e Mariana, corrupção ativa.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

1. (FGV - 2022)

Um condutor, ao perceber que outro que o segue tem o propósito de ultrapassá-lo, deverá

- (A) se estiver na faixa da esquerda, deslocar-se para a faixa da direita, acelerando a marcha.
- (B) se estiver na faixa da esquerda, deslocar-se para a faixa da direita, sem acelerar a marcha.
- (C) se estiver na faixa da esquerda, manter-se nesta faixa, sem acelerar a marcha.
- (D) se estiver na faixa da direita, deslocar-se para a faixa da esquerda, acelerando a marcha.
- (E) se estiver na faixa da direita, deslocar-se para a faixa da esquerda, sem acelerar a marcha.

2. (FGV - 2025)

Ao transitar em uma rodovia, um condutor violou o limite de velocidade em distintos trechos.

Pode-se dizer que o condutor realizou infrações

- (A) sucessivas.
- (B) prolongadas.
- (C) continuadas.
- (D) cumulativas.
- (E) intermitentes.

3. (FGV - 2024)

Analise as infrações de trânsito listadas a seguir.

1 Deixar o condutor de prestar socorro à vítima de acidente de trânsito quando solicitado pela autoridade e seus agentes.

2 Deixar o condutor, envolvido em acidente sem vítima, de adotar providências para remover o veículo do local, quando necessária tal medida para assegurar a segurança e a fluidez do trânsito.

As infrações **1** e **2** são, **respectivamente**,

- (A) grave e grave.
- (B) grave e gravíssima.
- (C) grave e média.
- (D) gravíssima e grave.
- (E) gravíssima e gravíssima.

4. (FGV - 2025)

Dentre os procedimentos listados a seguir, aquele que pode ser entendido como um instrumento de conscientização dos condutores é:

- (A) Aplicação de uma multa.
- (B) Cassação da carteira de motorista.
- (C) Instalação de uma sinalização vertical.
- (D) Realização de uma medida administrativa.
- (E) Aplicação de uma penalização por advertência.

5. (FGV - 2024)

As alternativas a seguir apresentam condições que levam o infrator de trânsito à realização de um curso de reciclagem, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Quando suspenso do direito de dirigir.
- (B) Quando condenado judicialmente por delito de trânsito.
- (C) A qualquer tempo, se for constatado que o condutor está colocando em risco a segurança do trânsito.
- (D) Quando, sendo contumaz, for necessário à sua reeducação.
- (E) Quando se envolver em sinistro grave para o qual haja contribuído, independentemente de processo judicial.

6. (FGV - 2022)

Antônio, brasileiro, formou-se em Direito em uma renomada Universidade de certo país da América do Sul. Lá, conheceu e casou-se com uma nacional daquele país, Ana, que também se formou em Direito na mencionada universidade.

Já graduados, Ana e Antônio decidiram mudar-se para o Brasil, e exercer a advocacia em Minas Gerais, uma vez que se especializaram em determinado ramo do Direito em que há bastante similitude com o Direito do país de origem de Ana.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa **correta**.

AMOSTRA

(A) É vedado a Ana o exercício da advocacia no Brasil, salvo, a título precatório, como consultora em Direito Internacional, se não cursar novamente a graduação no nosso país. Antônio, em via diversa, poderá inscrever-se como advogado desde que prove seu título de graduação, obtido na universidade estrangeira, que este seja revalidado e que seja aprovado no Exame de Ordem, cumpridos os demais requisitos legais.

(B) Tanto Ana quanto Antônio poderão inscrever-se como advogados, desde que provem seus títulos de graduação, obtidos na universidade estrangeira, que estes sejam revalidados e que eles sejam aprovados no Exame de Ordem, cumpridos os demais requisitos legais.

(C) É vedado a Ana o exercício da advocacia no Brasil, salvo, a título precatório, como consultora em Direito Internacional, se não cursar novamente a graduação no nosso país. Antônio poderá inscrever-se como advogado desde que prove seu título de graduação, obtido na universidade estrangeira, independentemente de revalidação, e que seja aprovado no Exame de Ordem, cumpridos os demais requisitos legais.

(D) É vedado a Ana e a Antônio o exercício da advocacia no Brasil, salvo, a título precatório, como consultores no Direito estrangeiro, se não cursarem novamente a graduação no nosso país.

7. (FGV - 2025)

Ana é advogada e acaba de dar à luz seu primeiro filho, a quem ainda amamenta. Ela foi cientificada de que a Sexta Câmara Cível deverá julgar um caso em que é uma das advogadas constituídas pelo recorrente.

Sobre a hipótese, assinale a opção que indica o direito que Ana tem assegurado.

(A) Vaga reservada na garagem do Fórum.

(B) Suspensão de prazos processuais, desde que haja notificação por escrito ao cliente.

(C) Entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.

(D) Acesso a creche, onde houver, ou a local adequado para o atendimento das necessidades do bebê.

8. (FGV - 2024)

Determinada operação de combate à corrupção conduzida pela Polícia Federal reuniu elementos indicativos de autoria e materialidade da prática de crime por parte de Cláudio, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Com base nesses elementos, a Justiça Federal expediu mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, o qual foi cumprido, na presença de representante da OAB, no endereço residencial de Cláudio, o qual também lhe servia como local de trabalho. Foram apreendidos e periciados um *notebook* e dois aparelhos de telefone celular, todos contendo informações sobre diversos processos de clientes patrocinados por Cláudio.

A respeito da validade jurídica da diligência realizada e da utilização das informações encontradas nas mídias apreendidas, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A medida cautelar decretada é inválida uma vez que o Estatuto da Advocacia assegura a inviolabilidade absoluta do escritório ou local de trabalho do advogado, e, portanto, as informações encontradas sobre os clientes de Cláudio não podem ser utilizadas.

(B) A medida cautelar decretada é válida, porque não foi cumprida no escritório de Cláudio, mas na sua residência, porém as informações encontradas sobre os clientes de Cláudio estão protegidas de modo insuperável pelo Estatuto da Advocacia e, portanto, não podem ser utilizadas.

(C) A medida cautelar decretada é inválida, tendo em vista a inviolabilidade do escritório ou local de trabalho do advogado, mas as informações encontradas sobre os clientes de Cláudio podem ser utilizadas, caso esses clientes também figurem formalmente como investigados.

(D) A medida cautelar decretada é válida, e as informações encontradas sobre os clientes de Cláudio poderão ser utilizadas se esses clientes forem formalmente investigados como partícipes ou coautores pela prática do mesmo crime que deu causa à decretação da medida.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (FGV - 2026)

A empresa Beta implementa políticas de ciclo de vida de dados na sua organização; contudo, ainda possui algumas atividades as quais não estão em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). A empresa já definiu regras para a classificação, retenção e descarte seguro dos registros administrativos, exceto para a fase de arquivamento.

Para garantir que a empresa Beta esteja em conformidade com a LGPD para a fase de arquivamento, esta deverá garantir:

- (A) o armazenamento dos dados arquivados em mídia offline sem controle de acesso;
- (B) a desvinculação dos dados arquivados dos sistemas de autenticação para reduzir custos;
- (C) a aplicação da anonimização irreversível para todos os dados arquivados para evitar obrigações legais;
- (D) a eliminação dos dados arquivados após 12 meses, independentemente da finalidade original;
- (E) a manutenção dos dados arquivados acessíveis apenas por usuários com perfil de auditoria, além de registrar todos os acessos.

2. (FGV - 2024)

Sobre a aplicação da lei processual no tempo e no espaço, é correto afirmar que

- (A) a legislação processual penal brasileira é aplicável aos cidadãos brasileiros domiciliados no exterior, independentemente de tratado ou convenção.
- (B) a lei processual penal é aplicável somente aos fatos posteriores ao início de sua vigência, não podendo ser empregada nas ações judiciais em curso.
- (C) a lei processual penal é aplicável aos fatos ocorridos no território brasileiro, ressalvados os tratados, as convenções e regras de direito internacional.

(D) a lei processual penal é aplicável retroativamente, invalidando os atos praticados anteriormente, desde que contrários ao interesse da defesa.

(E) a lei processual penal é aplicável retroativamente quanto às provas que possam ser utilizadas como fundamento da sentença.

3. (FGV - 2024)

João, delegado de polícia, foi cientificado sobre a ocorrência, na circunscrição da sua unidade policial, de um crime de latrocínio tentado, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Dessa forma, a autoridade policial, independentemente de qualquer provocação por parte da vítima, deflagrou um inquérito policial visando à apuração dos fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a atuação de João, ao deflagrar a investigação, é uma manifestação da:

- (A) discricionariedade do inquérito policial;
- (B) confidencialidade do inquérito policial;
- (C) indisponibilidade do inquérito policial;
- (D) dispensabilidade do inquérito policial;
- (E) oficiosidade do inquérito policial.

4. (FGV - 2023)

Flávia foi acompanhada por você, na qualidade de advogado(a), à presença da Autoridade Policial, para noticiar a prática dos crimes de apropriação indébita e fraude processual supostamente praticados por seu ex-marido, descrevendo a prática do crime, fornecendo os dados qualificativos completos do suposto autor do fato, apresentando rol de testemunhas e anexando documentação pertinente à materialidade delitiva e de indícios de autoria.

O Delegado de Polícia Civil, após cinco dias da confecção do registro da ocorrência, sem que tenha sido praticado nenhum ato para a verificação da procedência das informações, despachou

AMOSTRA

nos autos do Inquérito Policial pelo indeferimento da instauração do Inquérito Policial e determinou a suspensão do procedimento.

Nesse caso, você deve

(A) requerer a remessa dos autos ao Ministério Público para que se manifeste, uma vez que o Delegado de Polícia não possui poderes para arquivar o procedimento.

(B) requerer a remessa dos autos ao Juízo para que se manifeste, uma vez que o Delegado de Polícia não possui poderes para arquivar o procedimento.

(C) apresentar recurso para a Chefia de Polícia para que se manifeste sobre o indeferimento da instauração do Inquérito Policial.

(D) apresentar recurso ao Ministério Público para que se manifeste sobre o indeferimento da instauração do Inquérito Policial.

5. (FGV - 2022)

A propósito do inquérito policial, é **correto** dizer que

(A) o delegado de polícia pode arquivar inquéritos policiais por ele instaurados.

(B) nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada, uma das formas de instauração do inquérito policial se dá pela requisição do Ministério Público.

(C) o inquérito policial é a única forma de investigação preliminar existente no processo penal brasileiro.

(D) o Código de Processo Penal prevê que o inquérito policial terá, em qualquer caso, duração de 20 dias.

(E) nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada, o inquérito pode ser iniciado pelo delegado sem necessidade de representação.

6. (FGV - 2022)

Após receber informações sobre suposta prática de homicídio, a autoridade policial chegou no local para realizar diligências. Ocorre que, após a liberação dos peritos criminais, a autoridade policial esqueceu de apreender a arma de fogo deixada no local do crime.

Nesse aspecto, é **correto** afirmar que

(A) as diligências no local foram corretamente realizadas pela autoridade policial.

(B) agiu corretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo, era prescindível mandado judicial.

(C) agiu incorretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo dependeria de autorização judicial.

(D) caberia aos peritos criminais decidir sobre a apreensão da arma de fogo no local.

(E) caberia à autoridade policial apreender os objetos que tivessem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais, e colher provas que servissem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, dentre outras diligências.

7. (FGV - 2026)

Caio foi capturado em flagrante pela prática do crime de corrupção ativa, ao oferecer valores pecuniários a um policial militar do Estado de Goiás. Realizada a audiência de custódia, Caio demonstrou ao seu patrono interesse em se beneficiar de eventual instituto despenalizador previsto na legislação de regência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o acordo de não persecução penal poderá conter, dentre outras, as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

(A) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um sexto a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

(B) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo juízo da execução como instrumentos, produto ou proveito do crime; e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um sexto a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma estabelecida no Código Penal.

LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

1. (FGV - 2025)

O advogado Ivan precisava embarcar em um voo doméstico de Recife para Curitiba, a fim de participar do Congresso Brasileiro de Direito de Família. Ao chegar ao balcão de check-in, percebeu que havia esquecido todos os seus documentos de identificação em seu escritório, com exceção da carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na qual consta sua foto.

A responsável pelo atendimento da companhia aérea informou que não aceitaria a carteira da OAB como documento de identidade e, por isso, Ivan estaria impedido de embarcar. Ivan argumentou que o documento deveria ser aceito como prova de identidade civil, uma vez que é o único documento de identidade profissional obrigatório para o exercício da advocacia.

Sobre a hipótese, com base no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

(A) Ivan não poderá embarcar, pois a carteira da OAB não é considerada documento de identidade civil válido para viagens nacionais em aviões.

(B) Ivan poderá embarcar, pois a carteira da OAB constitui prova de identidade civil para todos os fins legais, inclusive para viagens nacionais em aviões.

(C) Ivan somente poderá embarcar se apresentar outro documento de identificação civil junto com a carteira da OAB, como medida de segurança adicional.

(D) Ivan não poderá embarcar, pois a carteira da OAB só é válida como documento de identificação quando utilizada em exercício da atividade profissional em fóruns e tribunais.

2. (FGV - 2021)

Carlos é aluno do primeiro período do curso de Direito. Vinícius é bacharel em Direito, que ainda não realizou o Exame da Ordem. Fernanda é advogada inscrita na OAB. Todos eles são aprovados em concurso público realizado por Tribunal de Justiça para o preenchimento de vagas de Técnico Judiciário.

Após a investidura de Carlos, Vinícius e Fernanda em tal cargo efetivo e, enquanto permanecerem em atividade, é correto afirmar que

(A) Carlos não poderá frequentar o estágio ministrado pela instituição de ensino superior em que está matriculado.

(B) Vinícius preencherá os requisitos necessários para ser inscrito como advogado na OAB, caso venha a ser aprovado no Exame da Ordem.

(C) Fernanda deverá ter sua inscrição na OAB cancelada de ofício ou em virtude de comunicação que pode ser feita por qualquer pessoa.

(D) Fernanda deverá ter sua inscrição na OAB suspensa, restaurando-se o número em caso de novo pedido.

3. (FGV - 2022)

Aline, advogada inscrita na OAB, poderá praticar validamente, durante o período em que estiver cumprindo sanção disciplinar de suspensão, o seguinte ato:

(A) impetrar *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça.

(B) visar ato constitutivo de cooperativa, para que seja levado a registro.

(C) complementar parecer que elaborara em resposta à consulta jurídica.

(D) interpor recurso com pedido de reforma de sentença que lhe foi desfavorável em processo no qual atuava em causa própria.

AMOSTRA

4. (FGV - 2024)

Mariângela, advogada trabalhista, foi intimada pelo juízo da Vara do Trabalho de sua cidade para comparecer à audiência una, designada para 16h15 de determinado dia.

Por estar amamentando sua filha Manuela, recém-nascida, Mariângela protocolou petição nos autos do respectivo processo, requerendo preferência na ordem das audiências, mediante comprovação da sua condição. O juiz, contudo, indeferiu o pedido, com o argumento de que a causa é copatrocínada por uma segunda advogada, conforme procuração constante dos autos, a qual poderia participar do ato.

A respeito da hipótese narrada, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Diante da constatação de que há duas advogadas constituídas pela parte, e à míngua de previsão legal, a condição de lactante de Mariângela não é suficiente para o deferimento do pedido de preferência.

(B) Conquanto inexistir previsão legal para o pedido formulado por Mariângela, o juiz deveria ter deferido o pleito com base na praxis judiciária e no princípio da razoabilidade.

(C) Apenas se Mariângela comprovasse ser a única patrona da causa, haveria previsão legal para que o pedido de preferência fosse atendido.

(D) Mariângela tem o direito de preferência assegurado em lei, independentemente de haver outra advogada constituída nos autos.

5. (FGV - 2023)

O advogado Pedro, regularmente inscrito na OAB, deseja ser sócio de determinada sociedade de advogados. É seu intuito, ainda, ser escolhido sócio administrador da mencionada sociedade de advogados. Não obstante, Pedro atua, e continuará atuando, como servidor da administração pública indireta.

À luz do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Pedro poderá ser sócio da sociedade de advogados e ocupar a posição de sócio administrador, exceto se for sujeito a regime de dedicação exclusiva.

(B) Há vedação legal a que Pedro seja sócio da sociedade de advogados.

(C) Pedro poderá ser sócio da sociedade de advogados. Todavia, não é autorizado que ocupe a posição de sócio administrador, independentemente do regime a que sujeito.

(D) Pedro poderá ser sócio da sociedade de advogados. De igual maneira, mesmo que o regime a que submetido seja de dedicação exclusiva, Pedro poderá ser sócio administrador da sociedade de advogados.

6. (FGV - 2021)

A entidade de classe X, atuando em substituição processual, obteve, no âmbito de certo processo coletivo, decisão favorável aos membros da categoria. A advogada Cleide patrocinou a demanda, tendo convencionado com a entidade, previamente, certo valor em honorários. Ao final do feito, foram fixados honorários sucumbenciais pelo juiz.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

(A) Cleide deverá optar entre os honorários convencionais e os sucumbenciais.

(B) Cleide terá direito aos honorários sucumbenciais, sem prejuízo dos honorários convencionais.

(C) Cleide só terá direito aos honorários convencionais e não aos sucumbenciais, que competirão à entidade de classe.

(D) Cleide terá apenas direito aos honorários convencionais e não aos sucumbenciais, que reverterão ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

7. (FGV - 2021)

Antônio, residente no Município do Rio de Janeiro, ajuizou em tal foro, assistido pelo advogado Bernardo, ação ordinária em face do Banco Legal, com pedido de pagamento de indenização por danos morais supostamente sofridos por ter sido ofendido por segurança quando tentava ingressar em agência bancária localizada em Niterói.

Ao despachar a petição inicial, o juiz verificou que Antônio ocultou a circunstância de que já havia proposto, perante um dos juizados especiais cíveis da comarca de Niterói, outra ação em face do Banco Legal em razão dos mesmos fatos, na qual o pedido indenizatório foi julgado improcedente, em decisão que já havia transitado em julgado quando ajuizada a ação no Rio de Janeiro.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2025)

A Lei Federal nº X, com o objetivo de exasperar o combate ao crime organizado, dispõe que o silêncio dos investigados que se encontrem presos provisoriamente pela prática da infração penal de organização criminosa, bem como pela prática de crimes conexos, seria interpretado em seu desfavor. Esse diploma normativo, comemorado por alguns setores do ambiente sociopolítico, foi duramente criticado por outros. Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é correto afirmar que

- (A) esse diploma normativo afronta o direito fundamental ao silêncio, de modo que a prova produzida com base na Lei Federal nº X é ilícita.
- (B) a prova a ser obtida é lícita, na medida em que foi produzida em harmonia com a lei, logo, pode ser considerada pela autoridade competente.
- (C) ainda que se trate de prova ilícita, pode ser considerada pela autoridade competente na medida em que se mostre relevante para a conclusão da investigação.
- (D) a sistemática de combate às organizações criminosas não pode ser objeto de disciplina diferenciada, sob pena de afronta à isonomia, logo, a Lei Federal nº X é inconstitucional.
- (E) o silêncio, enquanto projeção da personalidade individual, não é matéria afeta a padrões normativos, mas mera circunstância fática, que pode ser avaliada conforme a lei, logo, a Lei Federal nº X é constitucional.

2. (FGV - 2024)

Renato Carlos, renomado pianista, foi convidado para se apresentar em um grande evento musical internacional sediado no Brasil. Ao tentar se inscrever no evento, foi informado de que era obrigatório estar inscrito em uma ordem dos músicos para poder se apresentar publicamente no país.

Surpreendido com a informação, procurou você, como advogado(a), e solicitou que fosse analisada a compatibilidade da exigência com o sistema jurídico-constitucional brasileiro.

Em relação à exigência, assinale a opção que indica, **corretamente**, a orientação dada.

- (A) É válida, pois se harmoniza com o poder regulamentar das entidades de classe, regra a ser observada no exercício profissional no Brasil.
- (B) Viola a ordem constitucional, pois a liberdade profissional é um direito com alto grau de amplitude, sendo vedado ao legislador estabelecer condições para o seu exercício.
- (C) Está de acordo com a Constituição da República, pois visa zelar pelo regular exercício da profissão de músico no país, garantindo maior qualidade no desempenho profissional.
- (D) Encontra-se em desacordo com a Constituição da República, pois, além de não proteger interesse público relevante, viola o princípio da liberdade de expressão artística.

3. (FGV - 2023)

Carlos, praticante de religião politeísta, é internado em hospital de orientação cristã e solicita assistência espiritual a ser conduzida por um líder religioso de sua crença.

Os parentes de Carlos, mesmo cientes de que a assistência solicitada se resumiria a uma discreta conversa, estão temerosos de que a presença do referido líder coloque em risco a permanência de Carlos no hospital, em virtude de representar uma vertente religiosa não aderente à fé adotada pela instituição hospitalar.

Os parentes de Carlos o procuram, como advogado(a), para conhecer os procedimentos adequados à situação narrada.

Você os informou que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o hospital

- (A) pode negar a autorização para a assistência espiritual em religião diversa daquela preconizada pela instituição, embora não fosse o caso de Carlos perder a vaga.
- (B) não pode negar o apoio espiritual solicitado, mesmo que a assistência seja prestada em bases religiosas diversas daquela oficialmente preconizada pelo hospital.

AMOSTRA

(C) somente está obrigado a autorizar a assistência religiosa caso já tivesse permitido que sacerdote de outra religião exercesse atividades religiosas em suas instalações.

(D) tem, como instituição privada, total autonomia para estabelecer regras para situações como esta, podendo permitir ou negar o pedido, de acordo com seu regulamento interno.

4. (FGV - 2022)

Maria tomou conhecimento de que figurava como devedora de determinado imposto estadual. Como jamais desenvolvera qualquer atividade em que figurasse como contribuinte desse imposto, compareceu à repartição competente e solicitou o acesso à íntegra das informações concernentes à sua pessoa, incluindo os impostos de que era devedora. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido, inclusive em sede de recurso hierárquico, com base no argumento de que informações tributárias eram sigilosas.

Nesse caso, a ação constitucional a ser ajuizada por Maria para ter acesso às referidas informações é o(a):

- (A) habeas data;
- (B) mandado de injunção;
- (C) mandado de segurança;
- (D) reclamação constitucional;
- (E) representação constitucional.

5. (FGV - 2026)

Renan, maior e capaz, que se encontra com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei, tomou conhecimento de que o Estado *Alfa* editou ato administrativo lesivo ao patrimônio histórico e cultural do referido ente federativo.

Irresignado com a situação apresentada, Renan pretende ingressar, em Juízo, com uma ação popular, para questionar a medida adotada pelo Poder Público. Sobre esse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a referida demanda não tem a finalidade de questionar a edição de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
- (B) Ele poderá ajuizar uma ação popular, ficando isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, salvo comprovada má-fé.

(C) Ele poderá ajuizar uma ação popular, desde que o Ministério Público não o faça no prazo constitucionalmente estipulado.

(D) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a competência, para tanto, é do Ministério Público.

(E) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que está com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei.

6. (FGV - 2024)

Após completar dezoito anos de idade, Jonas, pretendendo ingressar no mercado de trabalho, resolveu analisar o texto constitucional, para conhecer os direitos dos trabalhadores. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é direito do trabalhador urbano e rural

(A) a duração do trabalho normal não superior a doze horas diárias e sessenta horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

(B) a jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

(C) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em vinte e cinco por cento à do normal.

(D) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

(E) o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.

7. (FGV - 2021)

Os partidos políticos Alfa e Beta decidiram celebrar uma coligação para as eleições, de modo a potencializar as chances dos seus candidatos.

Suas assessorias jurídicas, considerando a sistemática constitucional vigente, ressaltaram que essas coligações poderiam ser celebradas:

(A) nas eleições majoritárias e nas proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal;

(B) apenas nas eleições majoritárias, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal;

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV - 2025)

Os atos administrativos podem apresentar vícios, sendo certo que, a depender dos elementos do ato sobre os quais recaiam, tais vícios podem ser considerados vícios sanáveis (passíveis de convalidação) ou vícios insanáveis.

Os elementos do ato administrativo apresentam vícios considerados insanáveis:

- (A) competência e forma, caso o ato seja discricionário.
- (B) forma e finalidade, na hipótese de ato discricionário.
- (C) objeto e competência, exclusivamente para os atos vinculados.
- (D) finalidade e motivo, tanto para os atos vinculados quanto para os discricionários.
- (E) motivo e competência, apenas em relação aos atos vinculados.

2. (FGV - 2022)

Márcia, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo da Câmara do Município Alfa, requereu o gozo de licença gestante à Casa Legislativa. A autoridade competente verificou que Márcia preenchia os requisitos legais e deferiu o pleito.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do agente, o ato de concessão da licença a Márcia é um ato

- (A) discricionário, pois a autoridade competente está obrigada a deferir a licença.
- (B) enunciativo, pois a autoridade competente constitui um direito a que a servidora faz jus.
- (C) composto, pois preenchidos os requisitos legais, a autoridade competente tem o dever de deferir o pleito e publicar o ato no diário oficial.
- (D) constitutivo, pois a autoridade competente declara um direito pré-existente.
- (E) vinculado, pois preenchidos os requisitos da norma aplicável, a autoridade competente tem o dever de praticar o ato.

3. (FGV - 2021)

Vanessa é servidora pública ocupante do cargo efetivo de assistente legislativo da Câmara Municipal de Aracaju e está lotada no gabinete do vereador Silva, autor do projeto de lei X. Com o objetivo de instruir o processo legislativo que se inicia relativo ao projeto de lei X, atendendo à determinação do vereador Silva, Vanessa confeccionou um documento de comunicação interna, solicitando informações à determinada Comissão da Câmara.

O documento elaborado por Vanessa constitui um ato administrativo:

- (A) negocial, do tipo convênio, que é feito entre setores de uma mesma pessoa jurídica;
- (B) ordinatório, do tipo memorando, que é feito entre setores de uma mesma estrutura orgânica;
- (C) normativo, do tipo decreto, que consiste em uma ordem interna para outro órgão da mesma entidade;
- (D) enunciativo, do tipo regulamento, cujo atendimento é obrigatório por ter sido feito para órgão da mesma entidade;
- (E) regulamentar, do tipo ordem de serviço, cujo atendimento é obrigatório por ter sido feito por um órgão do Legislativo.

4. (FGV - 2023)

No curso de uma fiscalização, fiscais de determinada municipalidade identificaram que um estabelecimento comercial instalou bancos e araras de roupas na calçada para alavancar seus negócios.

Os agentes municipais, considerando que estavam devidamente autorizados pela lei, no correto desempenho de suas funções, poderiam:

- (A) aplicar multa ao estabelecimento e determinar a instauração de processo de interdição, como expressão de seu poder hierárquico;
- (B) apreender os bancos e as araras e multar o estabelecimento, no exercício de seu poder disciplinar;

AMOSTRA

- (C) interditar o estabelecimento e apreender todo o mobiliário da calçada, como expressão de seu poder de autotutela;
- (D) interditar o estabelecimento, no exercício de seu poder de tutela administrativa;
- (E) apreender os bancos e as araras de roupas irregulares e multar o estabelecimento, no exercício de seu poder de polícia.

5. (FGV - 2024)

Com relação à organização administrativa, tem-se que a respectiva função pode ser exercida pela Administração Direta ou Indireta, sendo correto apontar como atividade realizada no âmbito daquela:

- (A) o processamento de precatórios pelos Tribunais de Justiça;
- (B) o exercício da competência regulatória por meio de agências reguladoras;
- (C) a realização de atividades de interesse público pelos serviços sociais autônomos;
- (D) a prestação de um serviço público por uma concessionária de serviço público;
- (E) a realização de atividade econômica por uma empresa pública.

6. (FGV - 2023)

Maria, servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo no Município de Niterói, informou a uma colega que a Lei nº 3.048/2013, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito do referido Município, deve ser aplicada tanto aos órgãos como às entidades municipais.

Instada pela colega a esclarecer a distinção entre as duas figuras indicadas, Maria informou, **corretamente**, que:

- (A) as entidades se materializam nos Poderes Executivo e Legislativo, e os órgãos integram a administração indireta;
- (B) os órgãos possuem poder de decisão, enquanto as entidades apenas congregam os órgãos, que as representam;
- (C) enquanto os órgãos integram apenas a administração direta, as entidades integram a administração indireta;
- (D) as entidades são integradas por autoridades, enquanto os órgãos são integrados por servidores;
- (E) as entidades possuem personalidade jurídica, os órgãos não.

7. (FGV - 2024)

O *Estado Delta* pretende criar uma sociedade de economia mista para realizar atividade econômica de relevante interesse coletivo, especialmente voltada para promover o incremento de novas tecnologias, além de outras atividades no respectivo setor, que atuará em regime de concorrência.

No âmbito da organização administrativa, é **correto** afirmar que essa entidade administrativa é uma pessoa jurídica de direito

- (A) privado, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.
- (B) público, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.
- (C) privado, que atua em colaboração com o Estado e não integra a Administração Pública, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.
- (D) público, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.
- (E) privado, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

8. (FGV - 2024)

João, particular, compareceu à sede de uma determinada autarquia, integrante da Administração Pública Indireta do Estado *Alfa*, ocasião em que se informou sobre as licenças ambientais que necessita para que o seu estabelecimento comercial funcione de acordo com os regramentos legais. Ao deixar o local, em razão do excelente atendimento recebido, João resolveu fazer um elogio público aos servidores que lhe orientaram e, para tanto, pesquisou sobre a referida entidade.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a autarquia é uma pessoa jurídica de direito

- (A) público, criada por lei específica.
- (B) privado, criada por lei específica.
- (C) público, cuja instituição é autorizada por lei específica, mas a criação efetiva se dá com o registro do ato constitutivo em cartório.
- (D) privado, cuja instituição é autorizada por lei específica, mas a criação efetiva se dá com o registro do ato constitutivo em cartório.

DIREITOS HUMANOS

1. (FGV - 2022)

Você, como advogado(a), representa um grupo de familiares que possuem algum ente internado em estabelecimento público de tratamento de saúde mental onde, comprovadamente, tem havido tratamento cruel e degradante, violando o Art. 5º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Após tentativas frustradas de resolução do problema por via administrativa junto aos órgãos competentes, você ingressou com petição na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Tendo em vista que se trata de uma situação de gravidade e urgência, e considerando o que dispõe o Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, cabe a você esclarecer aos familiares e às próprias vítimas que, mesmo diante da gravidade e urgência da situação, a Comissão

(A) deverá emitir o seu relatório final com recomendações para o Estado brasileiro, caso ele seja considerado responsável pelas violações ocorridas.

(B) pode decidir liminarmente o caso, porém essa decisão liminar favorável às vítimas deverá ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça brasileiro para que possa ser devidamente executada.

(C) deverá encaminhar de imediato o caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos para que esta adote medida prévia que vise à garantia dos direitos violados das vítimas.

(D) poderá solicitar que o Estado brasileiro adote medidas cautelares para prevenir danos irreparáveis às pessoas vítimas da violação dos Direitos Humanos.

2. (FGV - 2021)

No caso Simone André Diniz, uma empregada doméstica teve recusada a sua candidatura ao emprego por ser negra. O caso levado à justiça brasileira foi arquivado. Ao analisar o tema, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos entendeu que:

(A) o caso não configura violação de direitos humanos, na medida em que sua apuração seguiu o que preceitua a legislação brasileira. Houve instauração de inquérito policial, e o arquivamento se deu pela autoridade judiciária competente com base em parecer do Ministério Público, após terem sido ouvidos os depoimentos das pessoas envolvidas;

(B) o fato de não ter sido aberta ação penal para apuração de denúncia de discriminação racial viola o direito à não discriminação e ao acesso à justiça;

(C) o Estado brasileiro assumiu oficialmente a existência do racismo e não pode ser condenado com base em um caso isolado, pois isso macularia uma série de iniciativas que vêm sendo tomadas para superação do racismo, como a Lei nº 7.716/1989, a Lei nº 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial, a criação de Secretarias de Promoção da Igualdade Racial em todos os níveis da federação, etc.;

(D) toda vítima de violação de direitos humanos deve ter assegurada uma investigação diligente e imparcial. A vulnerabilidade das vítimas exige que o caso seja apurado/processado a partir da presunção relativa de ocorrência da violação;

(E) o reconhecimento da dimensão do problema racial no Brasil não admite violação de normas processuais, como a que impede recurso da sentença que determina o arquivamento do inquérito policial.

AMOSTRA

3. (FGV - 2021)

Instado a se manifestar a respeito das obrigações impostas ao Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso “Nova Brasília”, o assessor de um deputado federal afirmou que:

- I. deve ser publicado um relatório, a cada biênio, a respeito de todas as mortes ocasionadas durante as operações da polícia em todos os Estados do País;
- II. deve ser realizado um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional em relação aos fatos do referido caso e sua posterior investigação;
- III. devem ser estabelecidos, no prazo de um ano, a contar da notificação da sentença, os mecanismos normativos necessários para que, entre outras situações, nas hipóteses de violência sexual decorrente de intervenção policial, em que policiais apareçam como possíveis acusados, a investigação seja delegada a um órgão independente e diferente da força pública envolvida no incidente, como uma autoridade judicial ou o Ministério Público.

Considerando o teor da sentença proferida pela Corte, está **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

4. (FGV - 2025)

Com o processo de democratização do Brasil, houve a ratificação de diversos tratados e convenções sobre direitos humanos. Nesse contexto, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) As normas constitucionais definidoras dos direitos e das garantias fundamentais precisam ser regulamentadas, portanto têm aplicabilidade diferida.
- (B) O Supremo Tribunal Federal reconhece a natureza de norma supralegal dos tratados de direitos humanos incorporados ao âmbito interno, sem a observância do quórum qualificado.
- (C) As garantias e os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal devem observar as regras do poder constituinte derivado, que podem suprimir regras em razão de seu mandato ilimitado.
- (D) Os direitos e as garantias expressos em tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte prevalecem sobre os previstos na Constituição Federal de 1988, em razão do seu caráter vinculante.
- (E) Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em apreciação única, em cada casa do Congresso Nacional, por maioria simples dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

5. (FGV - 2023)

A Agenda 2030 da ONU é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Entre os objetivos e metas relacionados em tal plano de ação destaca-se

- (A) tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos, mediante a negociação da resposta global acerca da mudança do clima, devendo ser adotada a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em caráter subsidiário.
- (B) alcançar a igualdade entre as pessoas e empoderar os indivíduos, independente do gênero, mediante a eliminação de todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

